

SUBSÍDIO GERAL · APOIO ÀS ATIVIDADES

Mapear a Marabá negra para cobrar o Bem Viver



Base de conhecimento para formação, cartografia, monitoramento, incidência, plantio e cuidado no projeto Cartografia popular e vozes do Bem Viver: juventudes e mulheres negras monitorando o racismo ambiental e incidindo nas políticas urbanas de Marabá

MARABÁ/PA · OUTUBRO DE 2026

REALIZAÇÃO



APOIO



APRESENTAÇÃO

Mapear a Marabá negra para cobrar o Bem Viver

Projeto: Cartografia popular e vozes do Bem Viver (CESE · Programa de Pequenos Projetos · Bem Viver nas Cidades, Linha 1), execução de 01/11/2026 a 30/04/2027.

Realização: Instituto de Comunicação Popular Nós do Brejo · **Apoio:** CESE

Finalidade: apoiar todas as atividades: rodas de conversa e formação, cartografia popular e monitoramento, podcasts e campanhas, Dossiê Popular, Carta Popular, Audiência Pública Popular, plantio de 50 mudas, cuidado com as participantes e prestação de contas.

Data de referência: 18 de outubro de 2026.

Como esta pesquisa foi feita

Levantamento em 13 linhas de pesquisa (conceitos, história negra, perfil socioeconômico, saúde, clima, grandes projetos, marco legal, metodologias, incidência, plantio, ética e cuidado, dados locais e financiamento), somado à pesquisa anterior de comunicação, com dados oficiais (IBGE/Censo 2022 e SIDRA, MDS, DATASUS, INEP, Painei Saneamento, Câmara Municipal/SAPL, Ministério das Comunicações), documentos do MPF e do Ministério Público do Pará, estudos acadêmicos e imprensa local e regional. Cada dado traz ano e fonte. Números de 2025 e 2026 do DATASUS são preliminares; percentuais indicados como cálculo próprio foram calculados a partir de contagens oficiais. Tudo o que não foi verificado aparece marcado como (em verificação), e o capítulo 14 reúne contatos e perguntas a checar no território.

RESUMO

Este subsídio responde a uma pergunta prática: o que a equipe do projeto "Cartografia popular e vozes do Bem Viver" precisa saber para conduzir bem todas as atividades, de novembro de 2026 a abril de 2027. A resposta curta tem três partes. **Primeiro, o racismo ambiental em Marabá não é uma tese importada: ele tem números oficiais e reconhecimento institucional.** A cidade é **81,5% negra** (Censo 2022). Nas 21 favelas e comunidades urbanas reconhecidas pelo IBGE, onde vivem cerca de 65 mil pessoas, só **19% dos domicílios recebem água da rede e 5% têm esgoto em rede**. O próprio Ministério Público Federal descreveu em 2025 a combinação de enchentes, moradia precária e falta de saneamento como "o que especialistas chamam de racismo ambiental" (MPF, fev/2025). **Segundo, o semestre do projeto coincide com um El Niño "muito forte"**. A previsão para o Pará é de chuva abaixo da média e calor acima da média. Isso significa que o calor, a fumaça, a seca e a falta d'água devem pesar tanto quanto a cheia, e o plantio das 50 mudas vai precisar de plano de rega. **Terceiro, existem janelas de incidência com data marcada.** A LOA 2027 tramita entre novembro e dezembro de 2026. O PL 42/2026, que cria a secretaria e o conselho municipal de igualdade racial, está parado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. A consulta da LDO 2028 deve acontecer no início de abril de 2027. O Fórum de Igualdade Racial conduzido pelo MPF está ativo, e a revisão obrigatória do Plano Diretor vence em 2028.

Em todas as frentes vale um cuidado. O Pará é o estado com mais casos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil. Os dados de raça/cor e de saúde que o mapeamento vai coletar são "sensíveis" pela LGPD. E os relatórios para a CESE vencem cerca de um mês depois do fim da execução, ou seja, no fim de maio de 2027. Por isso, ética, segurança e prestação de contas aparecem aqui como partes do método, não como anexos.

O documento foi escrito para educadoras e educadores populares. A linguagem é simples, mas cada número importante tem fonte com link. Tudo o que não foi verificado aparece marcado como *(em verificação)*. Isso vale para números de artigos de lei citados de memória, para a cota de alerta do rio (as fontes dão 9 m, 10 m e 10,5 m), para a entrada de Marabá na concessão da Águas do Pará, para a lista de quilombos e para citações clássicas que ainda precisam de conferência de página. Cada capítulo termina com uma caixa **"Para usar nas atividades"**. No fim há um calendário consolidado de novembro de 2026 a maio de 2027, uma lista de contatos institucionais e uma lista de perguntas a verificar no território. A estratégia de comunicação (públicos, campanhas, vocabulário, canais, imprensa local) está detalhada num documento de pesquisa separado, "Marabá plano de comunicação aprofundado". Aqui ela só aparece quando ajuda a executar uma atividade.

Atividade do projeto	Capítulos que mais ajudam
Formação e rodas de conversa	1, 2, 3, 6
Cartografia popular e monitoramento comunitário	4, 5, 8
Seis podcasts com a web rádio	2, 8, 11
Duas campanhas digitais	3, 4, 5, 13 (e o documento de comunicação)
Dossiê Popular e Carta Popular	4, 7, 9
Audiência Pública Popular	7, 9, 13, 14
Plantio de 50 mudas nativas	5, 10
Gestão, cuidado e prestação de contas à CESE	11, 12, 13

PARA NAVEGAR

Sumário

	CAPÍTULO 01 Racismo ambiental já tem nome oficial em Marabá: os conceitos que organizam o projeto	5
	CAPÍTULO 02 Marabá nasceu no Pontal: história e memória negra da cidade	8
	CAPÍTULO 03 Quem vive na Marabá negra: perfil socioeconômico das participantes e dos bairros	11
	CAPÍTULO 04 Água de poço, esgoto em fossa e lixo sem licença: saúde e ambiente nos bairros	14
	CAPÍTULO 05 Cheia em março, calor em novembro: os riscos climáticos do semestre do projeto	17
	CAPÍTULO 06 Ferro, cobre, pedral e despejo: grandes projetos e conflitos que atravessam os bairros	20
	CAPÍTULO 07 O que a lei já garante: marco legal e políticas para a Carta e a audiência	22
	CAPÍTULO 08 Do mapa falado ao dado georreferenciado: métodos e ferramentas de cartografia e monitoramento	25
	CAPÍTULO 09 Da carta à audiência: roteiro de incidência em Marabá	28
	CAPÍTULO 10 Cinquenta mudas nativas: guia do plantio comunitário	31
	CAPÍTULO 11 Cuidar de quem mapeia: ética, segurança, LGPD e prestação de contas à CESE	34
	CAPÍTULO 12 Depois de abril: financiamento para continuar e ampliar	37
	CAPÍTULO 13 Novembro negro, El Niño, cheia e aniversário: calendário consolidado de nov/2026 a mai/2027	39
	CAPÍTULO 14 Quem procurar e o que ainda falta confirmar	41
	CONCLUSÃO Conclusão	44

CAPÍTULO 01

Racismo ambiental já tem nome oficial em Marabá: os conceitos que organizam o projeto

Racismo ambiental: quando o dano tem cor e endereço

Em linguagem de roda de conversa, **racismo ambiental é quando enchente, lixão, esgoto a céu aberto, calor e fumaça caem de forma desigual sobre bairros e corpos negros, indígenas e pobres**. Isso não acontece por acaso. É resultado de decisões públicas e privadas: onde se investe em rede de água, onde se instala o aterro, quem recebe árvore e quem recebe asfalto. O conceito nasceu no movimento negro dos Estados Unidos. Em 1982, Warren County, uma comunidade majoritariamente negra da Carolina do Norte, protestou contra um aterro de resíduos tóxicos. O termo é atribuído a Benjamin Chavis, e o sociólogo Robert Bullard produziu o "primeiro mapa da desigualdade ambiental" usado pelos movimentos (*datas e autoria são conhecimento consolidado; a confirmar em fonte primária*). No Brasil, Henri Acselrad registra a criação da **Rede Brasileira de Justiça Ambiental em setembro de 2001**, em Niterói. Entre os princípios da Rede está garantir que nenhum grupo social, "étnico, racial ou de classe", suporte uma parcela desproporcional dos danos ambientais (Acselrad, *Estudos Avançados*, 2010). A definição de injustiça ambiental da Rede, muito usada em materiais didáticos, fala do "mecanismo pelo qual sociedades desiguais [...] destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais" (*citação de Acselrad, Herculano e Pádua, Justiça ambiental e cidadania, 2004; página a confirmar*).

O conceito virou política de Estado. A **Portaria Interministerial MIR/MMA/MDA/MPI nº 12, de 9/9/2025**, criou o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Climático, no contexto da COP30. As inscrições de organizações fecharam em 2/4/2026 (MIR, 2026). O **Plano Clima**, lançado em 16/3/2026, reconhece que "pessoas negras são quantitativa e qualitativamente as mais atingidas" por extremos climáticos (Brasil de Fato, mar/2026). Na COP30, em Belém, o Brasil lançou uma **Declaração de Combate ao Racismo Ambiental com 19 países signatários**, e os afrodescendentes foram mencionados pela primeira vez em documentos oficiais da conferência (Fundação Perseu Abramo, nov/2025). Em Marabá, o gancho é ainda mais direto. Ao convocar reunião pública em fevereiro de 2025, o MPF escreveu que as condições locais estão "configurando o que especialistas chamam de racismo ambiental, agravado por enchentes e moradias precárias" (MPF, fev/2025). Para preparar o debate, vale conhecer também uma crítica ao uso amplo do conceito, a de José Eustáquio Diniz Alves (IHU, jan/2024). A melhor resposta a ela é a que o projeto vai produzir: dados por bairro e por cor.

Bem Viver: reparação e vida digna no território

O edital da CESE trata o Bem Viver como "conceito ancestral" de matriz indígena e quilombola. Ele propõe outra relação com a natureza, a comunidade e o território, e opõe a cidade viva e plural à "cidade vista apenas como negócio e lucro". Entre os desafios urbanos, o edital cita explicitamente "crise climática e racismo ambiental" (CESE, [Edital Bem Viver nas Cidades 2026](#)). As mulheres negras brasileiras fizeram do Bem Viver uma bandeira política. A primeira Marcha das Mulheres Negras, em 2015, foi "contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver" (*data de 18/11/2015 a confirmar*). A segunda, em **25/11/2025, reuniu cerca de 300 mil pessoas em Brasília "por Reparação e Bem Viver"**. Ali, o Bem Viver apareceu como fim do feminicídio, saúde humanizada e titulação quilombola. Selma Dealldina, da Conaq, resumiu: "Sem titulação não tem transição justa" ([Rádio Senado, dez/2025](#)). As referências andinas, o Sumak Kawsay (Equador, 2008) e o Suma Qamaña (Bolívia, 2009), e os livros de Alberto Acosta (*O Bem Viver*, 2016) e Ailton Krenak (*Ideias para adiar o fim do mundo*, 2019) servem para aprofundar (*páginas e trechos literais a confirmar*). Na oficina, a tradução mais útil é esta: **Bem Viver não é "viver melhor" no sentido do consumo. É viver com dignidade no próprio território, em equilíbrio com a comunidade, o rio e os ancestrais.**

Direito à cidade, território negro e quilombo

O edital da CESE afirma que o direito à cidade vai além do acesso a serviços. Inclui a liberdade de produzir e transformar a cidade, e "a garantia do direito à cidade é um fator essencial à radicalização da democracia". O edital inclui ainda "quilombos urbanos" entre os públicos ([CESE 2026](#)). A base teórica vem de Henri Lefebvre (*O direito à cidade*, 1968) e de David Harvey ("O direito à cidade", 2008). No Brasil, Ermínia Maricato descreve a "cidade legal" e a "cidade ilegal". Raquel Rolnik escreveu sobre "territórios negros nas cidades brasileiras" (1989). Beatriz Nascimento pensou o quilombo como continuidade histórica e espaço de liberdade, inclusive nas favelas e periferias (1985) (*referências bibliográficas consolidadas; citações literais a confirmar*). Essas ideias permitem ler o Cabelo Seco, as Folhas da Nova Marabá e o São Félix como **territórios de resistência, e não só de carência** (ver capítulo 2).

Interseccionalidade: por que o recorte é juventude negra e mulheres negras

Lélia Gonzalez (amefricanidade), Sueli Carneiro ("enegrecer o feminismo", epistemicídio) e Carla Akotirene (*Interseccionalidade*, 2019) sustentam a ideia de que raça, gênero, classe, idade e território se cruzam (*obras consolidadas; citações a confirmar*). Um exemplo do cotidiano: a mulher negra chefe de família, na beira do rio, que perde a casa na cheia e não tem onde deixar os filhos para ir ao abrigo. Os números confirmam que o recorte do projeto é metodológico, não só demográfico. No Brasil, **pessoas negras foram 77% das vítimas de homicídio em 2024**, com risco 2,7 vezes maior que o de pessoas não negras ([Atlas da Violência 2026, via Alma Preta](#)). Em Marabá, cerca de **9 em cada 10 vítimas de homicídio são negras, e metade tem de 15 a 29 anos** (SIM/DATASUS, 2022–2025; ver capítulo 3).

Justiça climática: a vulnerabilidade é social antes de ser "natural"

Uma pesquisa da Unifesspa nos bairros alagáveis de Marabá concluiu que "a vulnerabilidade social não é produto das enchentes dos rios". As pessoas moram em área de risco porque não têm alternativa de moradia segura, e não por uma suposta "cultura ribeirinha". As obras de orla, por sua vez, expulsaram moradores antigos pela especulação imobiliária. O estudo observa ainda que a solidariedade entre vizinhos na cheia é uma forma de resistência, mas **ainda não se converteu em pressão organizada pelo direito à moradia** ([Oliveira, Andrade e Padilha, Unifesspa, c. 2023](#)). Essa frase pode servir de justificativa do projeto: a cartografia e a incidência existem para transformar a solidariedade da enchente em agenda política.

Educação e comunicação popular: o método

As rodas, os mapas e os podcasts descendem de Paulo Freire: círculos de cultura, temas geradores e a ideia de que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra" (*A importância do ato de ler, 1982; página a confirmar*). Em comunicação popular, as referências são Cicilia Peruzzo e Mário Kaplún: produzir mídia a partir do território, com os sujeitos e não sobre eles. Na Amazônia, a referência direta de cartografia é o **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)**, coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, que desde 2005 apoia a "autocartografia" dos grupos ([Terra Livre/AGB](#)).

Conceito	Em palavras simples	Exemplo em Marabá	Para aprofundar
Racismo ambiental	O dano ambiental cai mais sobre bairros negros e pobres	Favelas com 19% de água da rede; MPF usa o termo (2025)	Acselrad 2010; Portaria MIR nº 12/2025
Bem Viver	Vida digna no território, com a comunidade e a natureza	Marcha de 2025 "por Reparação e Bem Viver"	Edital CESE 2026; Acosta; Krenak
Direito à cidade	Direito de usar e também de decidir e transformar a cidade	Nova Marabá planejada sem ouvir os ribeirinhos	Lefebvre; Harvey; Maricato
Território negro e quilombo	Lugar de memória e resistência, não só de carência	Cabelo Seco, no Pontal	Rolnik 1989; Beatriz Nascimento 1985
Interseccionalidade	Raça, gênero, idade e território se somam	Mulher negra chefe de família na beira do rio	Lélia Gonzalez; Akotirene 2019
Justiça climática	Quem menos causou a crise sofre mais com ela	Cheias e calor nos mesmos bairros	Plano Clima 2026; COP30

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Abrir a primeira roda com um tema gerador do território ("a água que entra na minha casa", "o calor da minha rua"). Só depois apresentar a palavra "racismo ambiental", ancorada na frase do MPF de 2025.
- Usar a tabela acima como cartaz-resumo e montar um glossário coletivo com as palavras locais ("alagação", "vala", "cacimba", "quentura").
- Ler em voz alta o trecho de Oliveira, Andrade e Padilha sobre a solidariedade que ainda não virou pressão organizada, e perguntar: "o que falta para virar?"
- Ligar o Bem Viver à Marcha de 2025 e a referências locais. Não afirmar que houve delegação de Marabá na Marcha sem confirmar (*em verificação*).
- Não imprimir citações clássicas (Freire, Lélia, Krenak, Harvey) sem conferir página e edição.

CAPÍTULO 02

Marabá nasceu no Pontal: história e memória negra da cidade

Do Burgo ao barracão de Francisco Coelho

Antes de qualquer colônia, a área era território dos **Gavião** (Neves e Schmitz, 2018). O político goiano Carlos Gomes Leitão fundou o Burgo, ou Colônia Agrícola, do Itacaiúnas logo abaixo da foz do rio. As fontes divergem sobre o ano: **1892** segundo Sindeaux, que cita Emmi e Brandão, e **1895** segundo Neves e Schmitz (Sindeaux, TCC Unifesspa, 2017; Neves e Schmitz, 2018). Em 1895 foram descobertos grandes cauchais no Itacaiúnas, e caucheiros de Goiás e do Maranhão chegaram em grande número. O maranhense **Francisco Coelho da Silva** instalou-se no Pontal e deu ao lugar o nome "Marabá", que era o nome de sua casa comercial no Maranhão. O IBGE registra a chegada em 1897 e a origem em Grajaú. Sindeaux, citando Mutran Filho, registra Barra do Corda e inauguração do barracão em 7/6/1898 (IBGE, histórico; Sindeaux 2017). A **Lei estadual nº 1.278, de 27/2/1913**, criou a vila de Marabá, **instalada em 5/4/1913**, origem do aniversário da cidade. Marabá virou cidade em 1923 (IBGE).

Depois do caucho veio a castanha. A partir de 1925, o governo passou a arrendar os castanhais, encerrando os "castanhais livres". Entre 1955 e 1966, cerca de **70% das concessões de terra do Pará foram para Marabá**, base de uma oligarquia agrária formada por comerciantes locais (Neves e Schmitz 2018). A mão de obra desses ciclos era majoritariamente migrante e negra, sobretudo maranhense (Alves, dissertação PPGHIST/Unifesspa, 2022), com presença negra vinda também de Cametá, Mocajuba, Tucuruí e Baião (Sindeaux 2017).

Cabelo Seco: o núcleo de origem e território negro

O bairro Francisco Coelho, conhecido como **Cabelo Seco**, fica no Pontal, no encontro do Tocantins com o Itacaiúnas, e é o núcleo de origem da cidade. O apelido vem das "negras do cabelo seco", mulheres negras das primeiras décadas do século XX ligadas ao barracão de Francisco Coelho, que sobreviviam de casamento, trabalho doméstico ou prostituição. O bairro continua predominantemente negro e carente de água, esgoto e serviços (Sindeaux 2017; Alves 2022). A historiografia local também menciona mocambos perto do Burgo e um **"Quilombo de Marabá"** em frente ao Pontal, com 50 a 60 pessoas, a maioria mulheres, numa área que depois virou a fazenda Quindangues (Sindeaux 2017, citando Mutran Filho) (*a confirmar em fonte primária*). O **quilombo de Pederneiras**, do século XVIII, ficava "acima da atual cidade de Marabá" (Escritas do Tempo/Unifesspa, 2021).

O apagamento: a cidade dos "pioneiros"

A história oficial privilegiou os "pioneiros" comerciantes. Na cobertura dos 70 anos da cidade, em 1983, os jornais *O Marabá* e *Correio do Tocantins* promoveram essa narrativa e silenciaram os indígenas, embora alguns colunistas tenham destacado a participação negra (Gomes, Unifesspa). Em 1984, entre dez homenageados no aniversário, só duas eram mulheres, e **"Dona Maria Pretinha" era a única mulher negra**. Há fotografias de 1929, no acervo da Fundação Casa da Cultura, que registram estudantes e uma professora negros (Sindeaux 2017). Esse material é ótimo para uma oficina de leitura crítica de imagens.

Grandes projetos, a cheia de 1980 e a Nova Marabá

Com a descoberta do ferro de Carajás, o governo federal planejou, a partir de 1970, transferir a cidade para a **Nova Marabá**. Os moradores da cidade velha resistiram, porque estavam adaptados às cheias e ao modo de vida ribeirinho (Almeida, História & Perspectivas, 2011). Os planos da SERFHAU e da SUDAM tratavam os costumes locais como "primitivos" (Oliveira, Cardoso et al., Paisagens Híbridas, 2023). O projeto do arquiteto Joaquim Guedes organizou a Nova Marabá em **"folhas"**, desenhando uma castanheira imaginária. A **cheia de 1980**, em que o Tocantins subiu quase 18 m, desabrigou a Marabá velha e levou a uma ocupação desordenada da Nova Marabá a partir de 1981 (Nascimento, Arteriais/UFGA, 2018). Daí vem um gancho geracional para as oficinas: **do Pontal às Folhas**, a mesma população negra foi deslocada, e hoje as Folhas são território da juventude periférica e do rap.

Fé, festa e rima: a cultura negra viva

Uma pesquisa de 2014 mapeou **21 espaços sagrados de tradição afro-marabaense** (terreiros, roças, searas, mesas, cabanas) no São Félix, na Morada Nova, na Liberdade, no Amapá, no Jardim União II, na Independência e na Nova Marabá. Segundo essa pesquisa, foram os maranhenses que trouxeram as religiões de matriz africana à cidade. Os praticantes relatam intolerância cristã (Morais Jr., TCC Unifesspa, 2018). No Cabelo Seco, rezadeiras contam que muita gente evita rezar por medo de ser chamada de "macumbeira". O bairro guarda a Reza de Santo Reis (6/1), o festejo de São Félix de Valois, o Boi-Bumbá e o Cordão de Pássaro (Sindeaux 2017). O projeto **Rios de Encontro** (Dan Baron e Manoela Souza) trabalhou explicitamente o Bem Viver no Cabelo Seco, com o grupo de dança AfroRaiz (LAB, 2019), mas não há evidência pública de atividade desde 2022 (em verificação). Na juventude, o "Vozes da Periferia" (c. 2005–2006) foi o primeiro movimento de rap ligado ao hip hop negro da cidade. Hoje acontecem batalhas na VM, na Liberdade, no Foguete e no Pesadelo, com forte presença das Folhas 7 e 28 (Ribeiro et al., Vibrant/SciELO, 2026).

Movimento negro organizado e a agenda de 2026

O **Coletivo Consciência Negra em Movimento (CNM)**, criado em 2011, organizou o primeiro Dia da Consciência Negra da cidade e faz atos no Cabelo Seco todo 20 de novembro (Alves 2022). Em 1º/10/2026, o CNM e o Museu Municipal Francisco Coelho abriram o **1º Seminário de Memória e História Negra de Marabá**, que faz parte do **Festival da Consciência Negra, com encerramento em 20/11** (O Liberal, 2026). Entre as vozes públicas do seminário estavam o Grupo de Mulheres do Cabelo Seco Raízes de Marabá, Mãe Dedé (Terreiro de Umbanda Ogum e Iemanjá), o Grupo de Ação Cultural São Félix e docentes da Unifesspa. Na universidade atua o N'Umbuntu, núcleo de estudos étnico-raciais.

Quilombos: memória forte, nenhuma titulação conhecida

O **Censo 2022 não registrou pessoas quilombolas em Marabá (SIDRA 9578)**. Também não foi localizada comunidade certificada pela Fundação Palmares em Marabá, Itupiranga, Jacundá ou São João do Araguaia. As certificadas mais próximas ficam no baixo Tocantins: Baião, Mocajuba e Cametá ([lista compilada a partir de FCP/INCRA](#)) *(a confirmar na planilha oficial de certidões da Palmares, porque a lista consultada pode estar desatualizada)*. Uma artista visual foi apresentada como quilombola em evento público de 2026, o que indica autodeclarações que os registros oficiais não captam ([O Liberal](#)). Em Marabá, o "quilombo" é sobretudo memória histórica e identidade urbana. Esse é um bom tema para debater autodeclaração e invisibilidade.

Ano	Fato	Fonte
Antes de 1890	Território Gavião	Neves e Schmitz 2018
1892 ou 1895	Burgo Agrícola do Itacaiúnas	Sindeaux 2017 ; Neves e Schmitz
1897 ou 1898	Barracão de Francisco Coelho no Pontal	IBGE ; Sindeaux 2017
5/4/1913	Instalação da vila de Marabá	IBGE
1925–1966	Castanhais arrendados; oligarquia da castanha	Neves e Schmitz 2018
Anos 1970	Carajás, Transamazônica, plano da Nova Marabá	Almeida 2011
1980	Maior cheia registrada (17,42 m)	Debate Carajás, 2022
2011	Fundação do CNM; primeiro 20 de Novembro organizado	Alves 2022
2022	Maior cheia em décadas em número de atingidos	Brasil de Fato, 2022
2025	MPF abre fórum sobre racismo, inclusive ambiental	MPF, mar/2025
Out–nov/2026	1º Seminário de Memória Negra; Festival até 20/11	O Liberal

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- **Linha do tempo viva:** cruzar as datas oficiais da tabela com memórias das famílias (quando chegaram, de onde vieram, qual cheia viveram).
- **História oral com avós, rezadeiras e lavadeiras,** no modelo de Sindeaux (2017): entrevista temática ou de história de vida, termo de consentimento (capítulo 11) e devolutiva ao bairro.
- **Leitura crítica** das fotos de 1929 e das matérias de 1983 sobre os "pioneiros", com o acervo da Fundação Casa da Cultura e do Museu Francisco Coelho.
- **Podcast de memória:** o episódio "Do Pontal às Folhas" pode alternar falas de moradoras antigas do Cabelo Seco e MCs das batalhas.
- Pedir participação no Festival do CNM antes de 20/11/2026. Qualquer uso de simbologia de terreiro exige consentimento e protagonismo do povo de terreiro.
- Não afirmar que "não há quilombos" sem consultar a planilha da Palmares *(em verificação)*.

CAPÍTULO 03

Quem vive na Marabá negra: perfil socioeconômico das participantes e dos bairros

Uma cidade de maioria negra, jovem e chefiada por mulheres

O Censo 2022 contou **266.533 habitantes** em Marabá, e a estimativa de 2026 é de 293.344. São **190.750 pardos e 26.407 pretos**, ou **81,5% de população negra** (SIDRA 9605; SIDRA 6579). As **mulheres negras somam 108.090**, e as **jovens negras de 15 a 29 anos, 29.125**. Esse é o recorte mais próximo das participantes (SIDRA 9606). Dos 86.077 domicílios, **35.087 (40,8%) são chefiados por mulheres negras**, o que corresponde a 83,3% dos domicílios chefiados por mulheres (SIDRA 9879). A desigualdade aparece já na alfabetização: 93,8% entre brancos e **87,9% entre pessoas pretas**. Cerca de **uma em cada nove mulheres pretas de 15 anos ou mais não é alfabetizada** (SIDRA 9543). Entre as mulheres pretas de 25 anos ou mais, 39,5% não têm instrução ou não completaram o fundamental, contra 27,1% das brancas (SIDRA 10061). Na prática, **materiais e formulários precisam funcionar por oralidade, imagem e áudio**, e não só por texto.

A renda confirma o quadro. Em 2022, a **renda domiciliar por pessoa mediana era de R\$ 737**, e a média dos brancos superava em 50% a dos pardos (SIDRA 10295). No Pará, no 2º trimestre de 2026, pretos e pardos ganhavam cerca de **68% do rendimento dos brancos** no trabalho principal (R\$ 2.281 e R\$ 2.304 contra R\$ 3.385), e **58,1% dos trabalhadores pardos estavam na informalidade** (SIDRA 6405; SIDRA 6402). Em Marabá, 45,5% das mulheres pretas ocupadas não contribuíam para a previdência em 2022 (SIDRA 10264). Em setembro de 2026, o CadÚnico tinha **63.084 famílias e 152.237 pessoas**, cerca de metade da população. Em outubro, o Bolsa Família atendia **27.922 famílias, e em 89,5% delas a responsável era mulher** (MDS, set/2026; MDS, out/2026). Só 20% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creche em 2022 (SIDRA 10056), o que justifica a ciranda no orçamento (capítulo 11).

Indicador	Valor	Ano	Fonte
População negra	81,5%	2022	SIDRA 9605
Jovens negras de 15–29 anos	29.125	2022	SIDRA 9606
Domicílios chefiados por mulher negra	40,8%	2022	SIDRA 9879
Renda domiciliar per capita mediana	R\$ 737	2022	SIDRA 10295
Moradores das 21 favelas (FCUs)	64.902 (≈24%), 84,5% negros	2022	SIDRA 9883
Pessoas no CadÚnico	152.237	set/2026	MDS
Vítimas de homicídio negras	88,6% a 91,6%	2022–2025	DATASUS SIM

Onde mora a população das favelas

O IBGE reconhece em Marabá **21 favelas e comunidades urbanas (FCUs), com 64.902 moradores**. A maior parte está nos grandes loteamentos da Cidade Nova (Bom Planalto, Jardim Belo Horizonte, Jardim União, Vale do Itacaiúnas, Infraero), no São Félix e em algumas Folhas da Nova Marabá (25, 01, 06, 35, 33). O núcleo de cada FCU foi inferido pela equipe de pesquisa anterior e precisa ser conferido em mapa (*em verificação*) (IBGE, [Agregados por Setores](#)). O quadro completo, bairro a bairro, está no documento de pesquisa de comunicação. Para o projeto, o que importa é que **o "favelado" de Marabá mora em loteamento e bebe água de poço**, e não necessariamente em morro ou palafita (capítulo 4).

Juventude: escola, trabalho e violência

Em 2022, **só 28,5% dos jovens de 18 a 24 anos de Marabá frequentavam escola ou universidade** (SIDRA 10056). No Brasil, em 2025, 17,5% dos jovens de 15 a 29 anos não estudavam nem trabalhavam. Entre as mulheres eram 22,8%, e entre pretos e pardos, 19,8% (Agência IBGE, jun/2026). A violência letal caiu, mas continua alta e racializada: **140 homicídios em 2022 e 105 em 2025 (preliminar)**, com 88,6% a 91,6% de vítimas negras e cerca de metade com 15 a 29 anos (DATASUS SIM, cálculo da pesquisa anterior). O **Plano Juventude Negra Viva** (Decreto 11.956/2024) tem 217 ações e funciona por adesão dos estados. Na data do lançamento, o Pará não tinha aderido (Decreto 11.956/2024; SEADES/BA, 2024) (*situação atual a confirmar*). O **Conselho Municipal de Juventude** existe por lei desde 2017 (Lei 17.807/2017), mas nunca tinha sido instalado até 2021, e em 2025 a Câmara voltou a pedir sua efetivação (Req. 005/2021).

Mulheres: proteção existe, mas está incompleta

A **DEAM de Marabá funciona 24 horas desde 23/10/2020**, conquista atribuída ao ProMulher e ao Conselho Municipal da Mulher (DOL, set/2023). O endereço diverge entre as fontes (Amapá ou Folha 10) (*a confirmar por telefone*). A **Casa da Mulher Brasileira de Marabá**, contratada em dezembro de 2023 com **R\$ 7,5 milhões**, ainda estava "em licitação" e sem obra em 5/1/2026 (Ministério das Mulheres). Dos 225 pedidos de medida protetiva de 2023, **62 vieram da Nova Marabá, 32 do Amapá/Cidade Nova e 18 do São Félix**, os mesmos territórios periféricos e alagáveis do projeto (DOL, fev/2024).

Direitos que dependem do CadÚnico

O CadÚnico atualizado (renovação a cada 2 anos) é a porta para vários benefícios. A **Tarifa Social de Água e Esgoto** (Lei 14.898/2024) dá desconto de até 50% nos primeiros 15 m³ a famílias com renda por pessoa de até meio salário mínimo e a beneficiários do BPC, e a concessão deve ser automática (Lei 14.898/2024) (*percentual e critérios a confirmar no texto*). O **Pé-de-Meia** paga estudantes do ensino médio público de famílias do CadÚnico: R\$ 200 por mês de frequência e R\$ 1.000 por ano concluído (guia Santander, 2026) (*regras a confirmar em gov.br/mec*). A **Tarifa Social de Energia** dá descontos escalonados até 220 kWh. Uma ampliação de 2025 não foi verificada (*em verificação*). A MDS registrava **6 CRAS e 2 CREAS** em 2026 (MDS, ago/2026). O guia de 2023 lista os CRAS Nova Marabá (Folha 13), Morada Nova, Amapá e Bela Vista, e o Comitê do Bolsa Família na Av. Antônio Maia, 1018, Marabá Pioneira, tel. (94) 3322-6199 (Territórios em Rede, 2023) (*endereços a confirmar com a SEASPAC*).

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Na ficha de inscrição, perguntar só o necessário (idade, bairro, autodeclaração de cor, se é mãe ou responsável por crianças, como prefere receber informações). Raça/cor é dado sensível (capítulo 11).
- Fazer um **mutirão de checagem de direitos** num dos primeiros encontros: CadÚnico em dia, Tarifa Social na conta de água e de luz, Pé-de-Meia para quem está no ensino médio, BPC. Convidar o CRAS do núcleo.
- Na roda sobre interseccionalidade, usar três comparações simples: 81% de negros na cidade contra 84,5% nas favelas; 81% contra cerca de 90% entre as vítimas de homicídio; 4 em cada 10 casas chefiadas por mulheres negras.
- Incluir a rota de proteção (DEAM 24h, Defensoria, Ligue 180) nos materiais, depois de confirmar endereços.
- Prever atividades orais e visuais para participantes com pouca leitura, e duplas de apoio.

CAPÍTULO 04

Água de poço, esgoto em fossa e lixo sem licença: saúde e ambiente nos bairros

Saneamento: o pior está nas favelas

Em 2025, o MPF citou o Ranking Trata Brasil 2023, em que Marabá era a **2ª pior entre as 100 maiores cidades em saneamento**, com 32,98% de atendimento de água e 18,21% de esgoto tratado (MPF, fev/2025). O dado mais recente, do **SINISA 2024**, registra 35,2% de acesso a água, **99,3% da população sem coleta de esgoto e 2,0% de esgoto tratado** (Painel Saneamento Brasil). As metodologias mudaram na transição de SNIS para SINISA, então os dois números não devem ser comparados como série. O Censo 2022 mostra onde o problema se concentra. **Fora das favelas, 54% dos domicílios urbanos têm água da rede e 25% têm esgoto em rede. Nas favelas, 19% e 5%. No São Félix I e II, só 1% tem água da rede**, e as casas dependem de poço profundo, poço raso ou cacimba, com fossa rudimentar em cerca de 60% dos domicílios das favelas (IBGE, *Agregados por Setores*, cálculo da pesquisa anterior). Poço raso ao lado de fossa rudimentar, numa área que alaga, é uma combinação de alto risco sanitário.

Na orla do Tocantins, pesquisadores da Unifesspa coletaram 480 amostras de água, e **81,8% tinham coliformes totais**. A contaminação piora na cheia, quando o rio se mistura a esgoto, fossas e lixo. Entre 170 famílias ribeirinhas entrevistadas, **só 3,8% tinham água encanada**, 55,7% bebiam de chafariz público e 75% dependiam do rio no dia a dia (Portal Amazônia, fev/2025). Os pesquisadores recomendam alertar a população contra o contato com a água em áreas alagadas, por risco de leptospirose.

Quanto ao operador, há uma questão em aberto. A pesquisa anterior encontrou notícia de que **a Águas do Pará (grupo Aegea) assumiu a água e o esgoto de Marabá em 8/12/2025**, no lugar da Cosanpa (Diário do Pará, dez/2025). A concessão regional prevê **99% de água até 2033 e 90% de esgoto até 2039** fora da Região Metropolitana de Belém (Diário do Pará, set/2025). A pesquisa desta rodada, porém, não confirmou o bloco de Marabá nem suas metas contratuais (*a confirmar com a concessionária e com a ARCON-PA antes de citar em ofício*).

Lixo: aterro sem licença desde 2007

Marabá deposita resíduos desde 2003 num aterro de 24 ha na antiga Fazenda Limão, às margens da PA-150. A **licença ambiental venceu em 2007** (Santos, TCC UFPA, 2010). Em outubro de 2022, o aterro estava "completamente degradado", sem impermeabilização, tratamento de chorume ou captação de gases, com risco ao lençol freático que alimenta o Itacaiúnas. O novo aterro, definido em 2020, estava sem licença e sem previsão, com o EIA/RIMA a cargo do SSAM em conjunto com a Vale (Correio de Carajás, out/2022). Não há fonte sobre o que mudou entre 2023 e 2026 (*em verificação*). Em 2/10/2026, o MPPA, com o GAECO, fez busca e apreensão na Prefeitura, na Sevop e no SSAM para apurar possível superfaturamen-

to em contratos de iluminação pública e de locação de caminhões de lixo. **O caso corre sob sigilo, sem denúncia formal** ([Diário do Pará, out/2026](#)). Nos materiais do projeto, falar em "investigação em curso" e "transparência", sem nomear pessoas.

Doenças ligadas ao saneamento e ao clima

O Pará teve **18.984 internações por doenças relacionadas ao saneamento inadequado (DRSAI) em 2024**, 83% delas por doenças de transmissão feco-oral ([Trata Brasil, mar/2025](#)). Na Região Norte, somando pretos e pardos, a população negra respondeu por cerca de 90% das internações por DRSAI em 2024 (cálculo sobre a tabela da mesma fonte). O SINISA 2024 registra **84 internações por doenças de veiculação hídrica** em Marabá ([Painel Saneamento](#)). Em Belém, o Instituto Pólis calculou que uma pessoa negra tem **30 vezes mais chance de ser internada por doença de veiculação hídrica** que uma pessoa branca ([Alma Preta, nov/2025](#)). Esse é o modelo de cruzamento que o Dossiê pode replicar.

A dengue saltou para **418 casos prováveis em 2026 (dado preliminar), contra 111 em 2025 (DATASUS SINAN)**. Em 2024, os casos confirmados se concentraram em Bela Vista, Jardim União, Novo Planalto, Cidade Nova e São Félix, e o LIRAA achou larvas do *Aedes* em todos os bairros ([DOL, mar/2024](#)). A fumaça também adoece. Um estudo com dados do Hospital Municipal encontrou **486 internações respiratórias de crianças de até 5 anos entre 2014 e 2016**, 445 delas por pneumonia, nos meses de pico das queimadas. Os bebês de até 11 meses foram os mais afetados ([Fernandes e Terceiro, BJHR, 2022](#)). Em agosto de 2024, a Defesa Civil registrou **68 incêndios urbanos em quatro dias**, causados por estiagem, queima de pasto, limpeza de terreno e queima de lixo. Parte da fumaça vinha do Distrito Industrial e do aterro ([O Liberal, ago/2024](#)). A mortalidade infantil foi de **16,2 por mil nascidos vivos em 2024 (DATASUS SIM)**.

A rede de saúde tem o **Hospital Regional do Sudeste do Pará**, referência para 22 municípios, com 135 leitos ([DOL, mar/2026](#)), o Hospital Municipal e um CAPS municipal ([Câmara, 2021](#)). Não foram encontrados dados atualizados de cobertura da Estratégia Saúde da Família nem a lista de UBS (*em verificação*). Os **agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias**, que fazem o LIRAA, são aliados naturais do monitoramento comunitário.

Pergunta do Dossiê	Onde buscar	Observação
Quantas casas do bairro têm água da rede, esgoto, coleta de lixo?	IBGE, Censo 2022 por setor censitário	Cruzar com cor/raça do mesmo setor
Quanto o município trata de esgoto e investe?	Painel Saneamento Brasil / SINISA	Não comparar com SNIS antigo
Quantas internações por diarreia, leptospirose, dengue?	Tabnet DataSUS (SIH e SINAN), código IBGE 150420	Recorte por bairro só por pedido à SMS via LAI
A água da rede e dos poços é potável?	SISAGUA/Vigiagua; Vigilância Ambiental da SMS	Pedido via LAI
Quantos focos de queimada e quanta fumaça?	BDQueimadas e SISAM (INPE)	Série 2020–2026 por município
Onde estão os focos de <i>Aedes</i> ?	LIRAA da SMS (Endemias)	Pedido via LAI

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Montar o eixo "água" do mapa com três perguntas: de onde vem a água de beber, para onde vai o esgoto, onde o lixo se acumula.
- Mapear poço e fossa no mesmo quintal e medir a distância entre eles (capítulo 8).
- Pedir via LAI, logo em novembro, dados do LIRAA, do SISAGUA e das internações por bairro.
- Usar a frase "Água de poço não é política pública" como tema gerador, e o dado do São Félix (1% de água da rede) com fonte e ano.
- Orientar as participantes a não entrar em água de cheia (leptospirose) e a não manusear lixo sem luva.
- Ao falar da investigação do MPPA, usar só "investigação sigilosa em curso". Nunca acusar pessoas.

CAPÍTULO 05

Cheia em março, calor em novembro: os riscos climáticos do semestre do projeto

As cheias têm endereço fixo

A série histórica da Defesa Civil põe a **cheia de 1980 no topo, com 17,42 m**, seguida por 1978 (14,47 m), 1979 (14,45 m), 1990 (14,41 m) e 1997 (14,23 m) ([Debate Carajás, 2022](#)). A **cheia de janeiro de 2022** foi a maior das últimas décadas em número de atingidos. O pico foi de cerca de 13 a 13,9 m, conforme a fonte e a data, e o número de famílias atingidas varia entre 2.975 desabrigadas e desalojadas (mais 435 ribeirinhas) e mais de 4 mil ([Brasil de Fato, jan/2022](#); [Mais Goiás, jan/2022](#); [DOL, jan/2022](#)). A água chegou a alcançar abrigos da Prefeitura. Em 2023, o **Decreto nº 381/2023** declarou emergência com cerca de mil a 1.500 famílias atingidas ([Decreto 381/2023](#)). Em 2025 e 2026 as cheias foram moderadas, com o rio por volta de 10 a 11 m. Mesmo assim, desalojaram famílias nos mesmos bairros baixos: **Amapá, Filadélfia, Bela Vista e Marabá Pioneira** em 2026 ([O Liberal, mar/2026](#)). O Itacaiúnas pode subir mais que o Tocantins (11,80 m contra 10,16 m em março de 2025), então o risco não depende de um rio só ([DOL, mar/2025](#)).

A cota de alerta aparece com três valores diferentes: 10 m (Debate Carajás, 2022), 10,50 m (DOL, 2023) e 9 m (O Liberal, 2026) (a confirmar com a Defesa Civil de Marabá ou o SACE/SGB antes de publicar). Pode ter havido revisão, ou as matérias confundem "cota de atenção" com "cota de alerta". O **Plano Diretor (Lei 17.846/2018, art. 14)** proíbe construir e aterrar abaixo da **cota altimétrica de 82 m** e dá prioridade habitacional a quem mora nessas áreas ([Lei 17.846/2018](#)). A cota altimétrica do terreno não é a mesma coisa que a régua do rio, e essa diferença precisa ser explicada nas oficinas.

Ano	Pico registrado	Famílias atingidas	Bairros citados	Fonte
1980	17,42 m	—	Marabá velha	Debate Carajás
Jan/2022	≈13 a 13,9 m	≈3.400 a 4.000+	Bairro da Paz, Amapá, São Félix	Brasil de Fato ; DOL
Mar/2023	Tocantins 10,94 m	≈993 a 1.526	4 núcleos, 34 localidades	DOL
Mar/2025	Itacaiúnas 11,80 m	121	áreas ribeirinhas	DOL
Mar/2026	Tocantins ≈10,3 m	18 desalojadas	Amapá, Filadélfia, Bela Vista, Pioneira	O Liberal

O Decreto 381/2023 funciona como mapa pronto dos territórios alagáveis. Na Marabá Pioneira, lista Santa Rosa, Del Cobra, Vila Canaã e Santa Rita. Na Nova Marabá, as Folhas 01, 06, 08, 10, 11, 13, 14, 15, 25, 33 e 35 e a Transmangueira. Na Cidade Nova, Vale do Itacaiúnas, Jardim União, Independência, Filadélfia, Amapá, Bela Vista, Vila São José, São Miguel da Conquista, Belo Horizonte e Liberdade, entre outros. No São Félix, o São Félix Pioneiro e o Geladinho ([DOL, mar/2023](#)). Vários desses nomes coincidem com favelas do

IBGE: **nesses lugares, favela e cheia se sobrepõem**. Não foi localizada setorização de risco do Serviço Geológico do Brasil para Marabá *(a confirmar no geoportal do SGB)*.

2026–2027: um ano de El Niño muito forte

A NOAA declarou El Niño em 11/6/2026. Em setembro, o painel brasileiro (INPE, Cemaden, ANA, INMET) dava **mais de 95% de chance de evento "muito forte" em outubro a dezembro, possivelmente o mais forte desde 1950, e persistência até pelo menos o início de 2027**. Para a maior parte do Pará, a previsão é de chuva abaixo da média. No centro e no sul do estado, a estação chuvosa deve se estabelecer, mas com totais baixos, e o risco de fogo segue alto (INPE, [Painel El Niño nº 4](#)). Em julho, as bacias do Tocantins e do Araguaia já estavam majoritariamente em seca severa (CPTEC/INPE, [Painel nº 2](#)). A série da Defesa Civil mostra que, depois de El Niños fortes, as cheias foram baixas: em 1998 e em 2017 o rio ficou abaixo da cota de alerta ([Debate Carajás](#)). Por isso, **a cheia de 2027 tende a ser menor que a média**. Isso é inferência, não previsão oficial. Alagamentos por chuva forte local e cheias do Itacaiúnas continuam possíveis.

Na prática, o semestre deve ter **calor extremo e fumaça em novembro e dezembro**, chuva atrasada e irregular, rio baixo (com efeitos na pesca e na navegação) e pressão sobre poços. A janela típica de cheia vai de fevereiro a abril, com pico em março em 2023, 2025 e 2026 ([O Liberal](#), [mar/2026](#)).

Calor: menos árvore, mais quentura

Entre 1988 e 2018, Marabá **perdeu 43,86% da área vegetada**, e as temperaturas máximas de superfície subiram em média **35,26%**. As maiores ilhas de calor surgiram no **São Félix e na Zona de Expansão da Nova Marabá** (Silva, Loureiro e Sousa, [RSD, 2021](#)). Atenção: 35,26% é uma variação percentual, **não "35 °C a mais"**. Um estudo da Unifesspa de 2025 confirmou a forte correlação entre perda de verde e aumento da temperatura de superfície ([ENIAC/SBC, 2025](#)). Outro estudo classificou **35% dos dias entre outubro de 2022 e outubro de 2023 como "extremamente desconfortáveis"**, com pico de agosto a outubro ([Observatório de la Economía Latinoamericana, 2024](#)). Em agosto de 2024, havia previsão de 40 a 41 °C na cidade e alerta do INMET de umidade entre 20% e 30% ([DOL, ago/2024](#)). As normais climatológicas oficiais do INMET para a estação de Marabá não foram consultadas *(em verificação)*.

Alertas e Defesa Civil

O WhatsApp da Defesa Civil aparece como **(94) 99171-7173** (Prefeitura, abr/2024) e como **(94) 99173-7173** ([O Liberal](#), mar/2026), e o fixo como 3321-8990 ([Prefeitura, Informativo 295](#); [O Liberal](#)) *(a confirmar por telefone antes de imprimir)*. Em todo o país, os alertas oficiais chegam por **SMS 40199, com cadastro pelo CEP** ([Estado de Minas, fev/2026](#)). A Prefeitura afirma ter plano de contingência, citado na cheia de 2026, mas o documento não foi localizado publicamente *(em verificação)*.

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Planejar **dois roteiros** para fevereiro a abril de 2027: um de cheia (utilidade pública, abrigos, 40199) e um de calor, seca e rio baixo.
- Fazer a **campanha de medição de calor em novembro e dezembro de 2026**, quando o calor é maior, e não em março (capítulo 8).
- Registrar **marcas de cheia** nas paredes (altura, ano, relato) para a linha do tempo, sem depender de cheia nova.
- Cadastrar as participantes no 40199 pelo CEP de casa e confirmar o WhatsApp da Defesa Civil.
- Usar o art. 14 do Plano Diretor (cota de 82 m) como argumento na Carta, explicando a diferença entre cota do terreno e régua do rio.
- Na comunicação, falar de calor, sombra, fumaça e rio baixo no fim de 2026, e não só de enchente.

CAPÍTULO 06

Ferro, cobre, pedral e despejo: grandes projetos e conflitos que atravessam os bairros

Mineração e siderurgia: riqueza que não chega às casas

Marabá é o **3º maior recebedor de royalties da mineração (CFEM) do Pará**. Só em março de 2026 recebeu R\$ 18,4 milhões, atrás de Canaã dos Carajás e Parauapebas ([O Liberal, mar/2026](#)). No país, a CFEM somou R\$ 7,91 bilhões em 2025, e o cobre ganhou peso, passando de 5,5% para 7,8% da arrecadação ([Brasil 61, jan/2026](#)). A CFEM de Marabá vem sobretudo do cobre do Salobo (*contexto a confirmar no painel da ANM*). Os totais anuais do município e a forma como a Prefeitura aplica esses recursos não foram localizados, o que faz deles um bom pedido via LAI. O PIB municipal caiu de R\$ 13,5 bilhões (2021) para R\$ 9,75 bilhões (2023), e a indústria respondia por 55% do valor adicionado em 2021 ([SIDRA 5938](#)). A mediana de R\$ 737 por pessoa mostra que essa riqueza não chega às casas. No Distrito Industrial, a Sinobras é a principal siderúrgica integrada ([Revista O&E, 2014](#)). A ALPA, siderúrgica prometida pela Vale, nunca saiu do papel, e o projeto substituto anunciado em 2019 com operação prevista para 2023 não tem confirmação de funcionamento ([Commodity Inside, 2019](#)). A história das guseiras e do carvão de mata nativa nos anos 2000 é conhecida na região, mas precisa de fonte antes de ser usada (*em verificação*). A Estrada de Ferro Carajás atravessa a área urbana. Em 2024, 140 famílias ocuparam uma área abandonada entre a ferrovia e um viaduto da Nova Marabá ([DOL, ago/2024](#)).

Pedral do Lourenção: a obra que pode explodir em 2027

O derrocamento do Pedral do Lourenção, para a hidrovía do Tocantins, prevê retirar **cerca de 987 mil m³ de rocha ao longo de 35 km do rio**, com a LP nº 676/2022 e a LI nº 1518/2025 do IBAMA. A obra afeta milhares de famílias de pescadores, **25 comunidades com protocolo próprio de consulta (representadas pela Acrevita), 14 territórios quilombolas e a TI Trocará**. A Justiça Federal autorizou as obras, embora reconhecendo que os danos não estão dimensionados. Considerou insuficiente a oferta inicial de indenização de um salário mínimo e negou a participação da Acrevita. **No fim de setembro de 2026, o MPF recorreu ao TRF1** com base na Convenção 169 da OIT. O TCU (Acórdão 1497/2026) citou o caso como exemplo de etapas ambientais e de consulta puladas ([MPF/PA, set/2026](#)). O EIA contou 6.500 pescadores em Marabá e Itupiranga, e as colônias falam em até 12 mil ([Jornal de Brasília](#)). **As detonações estão previstas para 2027**, durante o projeto ou logo depois ([Agência Infra](#)). A UHE Marabá, projeto antigo da Eletronorte que alagaria parte da cidade, não tem status atualizado (*em verificação*).

Terra e moradia: conflitos no campo e na cidade

Em 2025, segundo a CPT, **o Pará foi o 1º estado em conflitos por terra (145) e por água (21) e liderou, ao lado de Rondônia, os assassinatos no campo (7)** (CPT, mai/2026). Marabá aparece entre os municípios com aumento de casos (O Liberal). Em outubro de 2024, uma ação policial na Fazenda Mutamba matou dois sem-terra (Brasil de Fato, jan/2025). Na cidade, a **Defensoria Pública e o MP ajuizaram em 2026 ação para anular um acordo de 2011 usado para despejar "milhares de famílias" em São Miguel da Conquista** (DOL, mai/2026). Ao mesmo tempo, estão em obras **1.488 moradias do Minha Casa, Minha Vida (R\$ 223 milhões)** (O Liberal, mar/2026), e em 2024 um decreto de desapropriação beneficiou "mais de 7 mil famílias" com regularização fundiária no São Félix I e II (Diário do Pará, out/2024). Há, portanto, uma conquista recente de direito à cidade para contar.

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Roda "Cidade rica, povo pobre": comparar a CFEM do mês com a mediana de renda e perguntar para onde vai o dinheiro. Pedir via LAI a aplicação da CFEM.
- No mapa, marcar a ferrovia, o Distrito Industrial, o aterro e as áreas de despejo como camadas de conflito.
- O Pedral não é o eixo central do projeto. Tratar pela ótica dos atingidos e da consulta prévia, e definir a posição institucional antes de falar publicamente.
- Evitar patrocínio, logomarca ou palco de mineradoras e de suas fundações (capítulo 12).
- Usar a regularização do São Félix como exemplo de que a pressão organizada funciona.

CAPÍTULO 07

O que a lei já garante: marco legal e políticas para a Carta e a audiência

Leis federais: participação, prazos e o recorte racial

Racismo ambiental ainda não tem lei própria. A base jurídica do projeto combina leis de participação, de saneamento e de igualdade racial com o Plano Clima. **Os números de artigos abaixo foram extraídos do texto consolidado conhecido e não foram reabertos artigo por artigo nesta pesquisa (a confirmar no site do Planalto antes de usar em ofício ou representação).**

Norma	O que garante	Como usar no projeto
Constituição , arts. 182, 183, 225; 5º XXXIII e XXXIV <i>(em verificação)</i>	Função social da cidade; usucapião urbana; meio ambiente equilibrado; informação e petição	Fundamento geral da Carta
Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 , arts. 2º, 40 §4º, 42-A, 43, 44, 52 <i>(em verificação)</i>	Gestão democrática; audiências no Plano Diretor; mapeamento de risco; audiências obrigatórias sobre PPA, LDO e LOA; improbidade se não houver	Exigir audiência da LOA e revisão participativa do Plano Diretor
Saneamento, Lei 11.445/2007 , art. 11-B <i>(em verificação)</i>	Meta de 99% de água e 90% de esgoto até 31/12/2033; controle social	Cobrar cronograma por bairro da concessionária
Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010 , arts. 18, 54 <i>(em verificação)</i>	Plano municipal de resíduos; fim dos lixões até 2/8/2022 para municípios com mais de 100 mil habitantes	Prazo vencido para o aterro
Igualdade Racial, Lei 12.288/2010 , art. 35 <i>(em verificação)</i>	Moradia adequada para a população negra inclui infraestrutura urbana e equipamentos	Base racial da Carta
Juventude, Lei 12.852/2013 <i>(artigos a confirmar)</i>	Participação, meio ambiente, território	Cobrar o Conselho de Juventude
Defesa Civil, Lei 12.608/2012 , art. 8º <i>(em verificação)</i>	Município deve mapear risco, informar a população e manter plano de contingência	Pedir o plano de contingência público
LAI, Lei 12.527/2011 , arts. 10 e 11	Pedido sem justificar o motivo; resposta em 20 dias, prorrogáveis por mais 10	Obter dados para o Dossiê
Adaptação, Lei 14.904/2024 ; Plano Clima (mar/2026)	Prioridade às populações vulneráveis; Plano Clima reconhece o racismo ambiental	Enquadrar o pedido de adaptação local

O Plano Clima-Adaptação tem um **Plano Temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo** ([MMA, PDF](#)), cujo conteúdo não foi lido *(em verificação)*. Movimentos negros criticaram a versão em consulta por falta de orçamento e de escuta ([Alma Preta](#)). O Decreto 12.514/2025 criou o programa "Mais Igualdade" e as Casas da Igualdade Racial, mas não trata de racismo ambiental ([Decreto 12.514/2025](#)).

Pará: saneamento concedido e proteção de defensores

O Pará regionalizou água e esgoto na Microrregião de Água e Esgoto (LC estadual 171/2023). A regulação e a fiscalização cabem à **ARCON-PA**, e o decreto da concessão não prevê conselho participativo próprio ([Decreto 4.400/2024](#)). A Águas do Pará assumiu Parauapebas em 5/1/2026 ([Diário do Pará](#)). A entrada de Marabá foi noticiada para dezembro de 2025, mas bloco e metas ainda precisam de confirmação (capítulo 4) (*em verificação*). A Lei estadual 9.341/2021 trata do sistema estadual de igualdade racial, citado pelo MPF ([MPF, mai/2025](#)). A Lei estadual 10.286/2023 rege o programa de proteção a defensores (capítulo 11). Em 6/1/2027 toma posse o novo governador, **Dr. Daniel Santos (Podemos)**, eleito no 1º turno ([TSE, out/2026](#)). A estrutura de secretarias estaduais ainda não foi anunciada.

Marabá: Plano Diretor, Lei Orgânica, orçamento e conselhos

O **Plano Diretor Participativo é a Lei 17.846/2018**, e a revisão decenal vence em 2028. Ele proíbe ocupar abaixo da cota de 82 m, cria ZEIS e a ZEIA 1 para planícies alagáveis e exige consulta ao Conselho Gestor sobre intervenções em ZEIS ([Lei 17.846/2018](#)). O Conselho Gestor do Plano Diretor (CGPD) inclui segmentos de ONGs e associações de moradores, e a IX Conferência ocorreu em novembro de 2024 ([Resolução 29/2024-CGPD](#)). Se o mandato for de dois anos, pode haver nova eleição perto de novembro de 2026 (*em verificação*). A **Lei Orgânica foi revisada em agosto de 2026 (Emenda de revisão nº 60)**. O texto revisado manda enviar a LOA até 31 de outubro, exige audiências públicas na elaboração de PPA, LDO e LOA, diz que "qualquer município [...] associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades" à Câmara ou ao Tribunal de Contas (art. 8º) e permite iniciativa popular com 5% do eleitorado da cidade **ou da localidade interessada**, quando a matéria for de bairro (art. 123) ([Lei Orgânica revisada, 2026](#)).

O **PPA 2026–2029 (Lei 18.569/2025) incorporou o recorte racial** depois da pressão do Fórum MPF–coletivos. Segundo o MPF, isso cria "base de exigência" para cobrar dotações nas LOAs ([MPF, dez/2025](#)). A **LDO 2027 (Lei 18.676/2026) reserva 2,55% da receita corrente líquida para emendas impositivas** de vereadores ([SAPL, LDO 2027](#)). Em 17/10/2026, a LOA 2027 ainda não constava no SAPL. O **PL 42/2026**, enviado pelo próprio Executivo, cria a SEMIRDH (Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos) e prevê um Conselho Municipal de Promoção de Equidade Racial (COMPER), com plano e fundo. Teve parecer favorável das comissões de Justiça (abr/2026) e de Finanças (jun/2026) e está na **Comissão de Direitos Humanos, sem votação até 17/10/2026** ([SAPL, tramitação](#)). O PL 267/2025 propõe uma Política Municipal de Arborização, mas sua situação não foi verificada ([SAPL](#)) (*em verificação*). A **Lei 18.361/2024 obriga a Prefeitura a publicar os dados dos conselhos** no site oficial, o que serve como ferramenta de cobrança.

Conselho	Base legal	Situação conhecida
Igualdade Racial (COMPER)	Só previsto no PL 42/2026	Não existe
Direitos da Mulher (COMDIM)	Leis 12.600/1991 e seguintes	Ativo (conferência em 2025)
Juventude (CMJ)	Lei 17.807/2017	Nunca instalado até 2021; efetivação cobrada em 2025
Gestor do Plano Diretor (CGPD)	Lei 17.762/2017	Conferência em nov/2024; funcionamento a confirmar
Meio Ambiente (COMMAM)	Leis 16.194/1999 e 16.885/2002	Não confirmado
CMDCA	Lei 18.391/2024	Ativo; fundo sem repasses, segundo os movimentos

Fontes da tabela: [SAPL, normas](#); [Decreto 519/2025](#); [Req. 005/2021](#).

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Fazer uma oficina "O que a lei já garante" com a tabela acima, cada linha ligada a uma foto do mapa ("aqui a lei diz X; no bairro acontece Y").
- Ancorar cada pedido da Carta em uma norma: Lei 12.288 (base racial), Estatuto da Cidade (participação), art. 11-B da Lei 11.445 (meta de 2033), art. 14 do Plano Diretor (cota de 82 m), PPA com recorte racial.
- Conferir no Planalto todos os números de artigo antes de protocolar qualquer documento.
- Acompanhar semanalmente no SAPL o PL 42/2026 e a LOA 2027.
- Avaliar a candidatura do INDB ao segmento de ONGs do CGPD, se houver eleição.

CAPÍTULO 08

Do mapa falado ao dado georreferenciado: métodos e ferramentas de cartografia e monitoramento

Dois métodos maduros que se completam

A **Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)** parte da autocartografia: o grupo define os próprios símbolos e o processo termina num "fascículo" publicado. Num exemplo Munduruku, a oficina foi organizada em três eixos (identidade e território, organização do movimento, reivindicações), e a comunidade criou os ícones, como caveiras para conflitos e tratores para a expansão da soja ([Terra Livre/AGB](#)). O **mapeamento coletivo dos Iconoclasistas** oferece um formato de oficina de 4 a 6 horas, com **grupos de 8 a 10 pessoas e um total ideal de 30 a 40 participantes**. As etapas são preparação, apresentação, trabalho em mesas com ícones e marcadores, e socialização. O manual traz uma regra prática: não colar o ícone em cima do ponto, mas puxar uma linha até a margem e explicar ali. Traz também um princípio: "o mapeamento é um meio, não um fim" ([Manual de mapeo colectivo, 2013](#)). **Para 35 participantes, a estrutura cabe quase exatamente: 4 mesas de 8 ou 9 pessoas**, uma por eixo do racismo ambiental (água e esgoto; lixo; cheia; calor e árvores), em rodízio para que todas passem por todos os eixos. Ícones desenhados pelo próprio grupo (torneira seca, vala, lixão, marca d'água, rua sem árvore) tornam o mapa legível para quem lê pouco.

O **mapa falado** (cada pessoa desenha a casa e os trajetos e marca onde sente medo, calor, cheiro ruim ou alagamento) entra como primeiro momento, individual. As narrações gravadas podem virar áudio para os podcasts. A **caminhada de mapeamento** segue o "percurso urbano em grupo" do manual: rota definida antes e papéis de fotógrafa, anotadora, entrevistadora e marcadora de GPS.

Ferramentas digitais gratuitas

A combinação mais robusta para uma organização pequena tem três peças. Para coletar, **KoboToolbox** (formulário no celular, funciona offline, com GPS e foto). Para publicar, **uMap/OpenStreetMap** ou Google My Maps. Para cruzar com IBGE e MapBiomias, **QGIS**. O plano gratuito do Kobo permite **5.000 envios por mês e 1 GB de armazenamento** ([Fórum KoboToolbox](#)), o que basta para 35 coletoras em seis meses (*limites de 2026 a confirmar*). Outra opção é o modelo do **CocôZap**, na Maré (RJ): o próprio WhatsApp serve de aplicativo, os moradores mandam foto e relato, e a equipe lança numa base com data, descrição, categoria, frequência e localização ([RioOnWatch](#)). Recomenda-se formar 2 ou 3 jovens "de referência" em QGIS, em vez de todo o grupo. Fotos em Mapillary ou Panoramax ficam públicas e expõem rostos e casas, então devem ser evitadas em áreas sensíveis.

Protocolos simples de monitoramento comunitário

Para a água de rio e de igarapé, a referência brasileira é o **Observando os Rios (SOS Mata Atlântica)**: kit colorimétrico com 16 parâmetros, coleta mensal e índice em cinco faixas (ótima, boa, regular, ruim, péssima), já usado por cerca de 3.500 voluntários ([Relatório 2020](#)). Para calor, cheia, lixo e árvores, os protocolos abaixo são sugestões de prática corrente a validar com parceiros técnicos, como a Unifesspa.

Tema	O que registrar	Instrumento	Quando
Água de casa	Origem (rede, poço, cacimba, rio), dias sem água, cor e cheiro, distância poço-fossa, diarreia na casa em 15 dias	Formulário Kobo com ícones; fita de pH; tubo de turbidez caseiro	Dez/2026-fev/2027
Água de laboratório	Coliformes totais e <i>E. coli</i> em 1 ou 2 campanhas	Frascos estéreis; laboratório parceiro (Unifesspa, IFPA, concessionária) <i>(em verificação)</i>	Jan-fev/2027
Calor	Temperatura e umidade do ar em pares de pontos (rua com árvore x sem árvore), às 7h, 13h e 19h; temperatura de superfície	Termo-higrômetro à sombra a 1,5 m; termômetro infravermelho	Nov-dez/2026 (pico de calor)
Cheia	Altura da marca d'água na parede, ano, relato, foto	Trena, GPS, entrevista	Qualquer mês
Lixo	Ponto de descarte, tipo (doméstico, entulho, queima), frequência da coleta, vetores	Foto + GPS (Kobo ou WhatsApp)	Todo o projeto
Árvores	Árvores com copa por trecho de 100 m de rua	Contagem e foto	Nov-dez/2026

Para garantir a qualidade dos dados, use listas fechadas de opções no Kobo, faça uma coleta-piloto, cheque de novo 10% dos pontos, registre quem coletou, quando e com qual equipamento, e reserve uma reunião mensal de "limpeza de dados". Os resultados de laboratório podem ser comparados com a Portaria GM/MS 888/2021 (água potável: ausência de *E. coli* em 100 mL) e com a Resolução CONAMA 357/2005 (rios) *(em verificação)*.

Cruzar dado comunitário com dado oficial

O estudo do **Instituto Pólis (2025)** mostra o modelo: cruzar Censo 2022 (cor/raça por setor censitário), internações do SUS, áreas de risco e vegetação do MapBiomias ([Alma Preta, nov/2025](#)). O dossiê da ONG Mandi sobre Belém mostrou serviços concentrados nos bairros mais ricos e brancos, com recorte de mulheres negras por bairro ([Agência Pública, nov/2025](#)). Em Marabá, a comparação mais simples e forte já está pronta: **81% de negros na cidade contra 84,5% nas favelas; 54% de água da rede fora das favelas contra 19% dentro**. As fontes oficiais estão na tabela do capítulo 4, mais ANA/Hidroweb e SGB/SACE (cotas dos rios), S2iD (decretos de desastre) e a malha de setores do IBGE para o QGIS ([IBGE, malha PA](#)).

Rodas freireanas e podcasts

Uma sequência freireana possível para as rodas tem cinco momentos [síntese pedagógica, sem fonte específica]: escutar as palavras do território; escolher temas geradores; transformar uma foto ou um áudio do bairro em problema; problematizar ("por que acontece aqui e não no centro? quem decide?"); e passar à ação (mapa, dossiê, incidência). Os **seis podcasts** podem seguir os eixos do mapa: água, lixo, cheia, calor e árvores, memória ("Do Pontal às Folhas") e síntese do Dossiê. Dicas práticas: gravar em cômodo sem eco, com o celular a cerca de 15 cm da boca e em modo avião; usar um roteiro em três blocos (abertura, reportagem de campo, conversa e chamado à ação); terminar com um serviço útil (Defesa Civil, 40199, DEAM, CRAS). Uma referência realista de alcance é o podcast diário "Em Quarentena", da Agência Mural,

que somou 13 mil escutas em cerca de um mês com três pessoas ([LatAm Journalism Review](#)). Os nomes oficiais são **Ativa Web Rádio** (a rádio) e **Ativa Cast** (o podcast); a comunicação é administrada por Lucas Marinho. O site do Instituto ainda usa "AtivaWeb" e deve ser atualizado ([nosdobrejo.org](#)). Formatos, distribuição e campanhas estão no documento de comunicação.

Mês	Oficinas e campo	Produtos
Nov/ 2026	Roda de abertura; mapa falado; mapeamento coletivo em 4 mesas; acordos éticos; medição de calor e contagem de árvores	Mapa analógico 1; temas geradores; podcast 1
Dez/ 2026	Oficina Kobo offline e formulário-piloto; caminhada com fotos, GPS, entrevistas e marcas de cheia; preparação das covas	Formulário validado; primeiros pontos
Jan/ 2027	Campo: água, lixo, esgoto; coleta para laboratório; plantio	Base Kobo; podcast 2
Fev/ 2027	Devolutiva da água; mapa digital (uMap/My Maps); roteiro de cheia ou de seca	Mapa digital v1; podcast 3
Mar/ 2027	Cruzamento com Censo, SINISA e DataSUS; escrita da Carta; Audiência Pública Popular	Gráficos do Dossiê; podcast 4
Abr/ 2027	Escrita coletiva do Dossiê; devolutiva; entrega simbólica em 5/4; vistoria das mudas	Dossiê; podcasts 5 e 6

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Dividir as 35 participantes em 4 mesas temáticas rotativas e deixar o grupo criar os próprios ícones.
- Montar o formulário Kobo com no máximo 12 perguntas fechadas, ícones e campo de áudio. Testar numa rua antes de ir a campo.
- Manter duas versões do mapa: uma interna e restrita, outra pública e generalizada (capítulo 11).
- Abrir um número de WhatsApp só para relatos e fotos, com regras claras de privacidade.
- Procurar a Unifesspa para o laboratório de água e o apoio em QGIS (*a confirmar parceria*).
- Gravar os mapas falados (com autorização) para os podcasts.

CAPÍTULO 09

Da carta à audiência: roteiro de incidência em Marabá

Planejar antes de pedir

O material de capacitação em advocacy do Procomum propõe uma sequência útil. Primeiro, a **teoria de mudança**: "qual problema quero resolver, e por que ele é relevante?". Depois, o **objetivo SMART**: "você quer convencer quem, a fazer o que, quando?". Em seguida vêm o **mapa de poder**, com atores identificados um a um, o mapa do processo decisório, as coalizões, a matriz de riscos e o **monitoramento por mudança de comportamento dos atores**, e não só por produtos entregues (Procomum, 2024). Um pedido SMART para Marabá seria, por exemplo: "Até 15/12/2026, que a Comissão de Finanças acolha emenda à LOA 2027, apresentada por vereadora aliada, com rubrica para drenagem e arborização no bairro X".

O mapa de poder local inclui: o prefeito (Toni Cunha, PL) e as secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Obras, Assistência Social e Defesa Civil; a futura SEMIRDH; a Câmara (21 cadeiras), com o presidente e as presidências das comissões; o MPF (Fórum de Igualdade Racial), o MPPA e a Defensoria; os conselhos (COMDIM, CMJ, COMMAM, CGPD); a concessionária de água; a Unifesspa; e a imprensa local. Até dezembro de 2026, as presidências relevantes são: Comissão de Direitos Humanos, Priscila Veloso (onde está o PL 42/2026); Finanças, Aerton Grande; Meio Ambiente e Mineração, Dean Guimarães; Desenvolvimento Urbano, Jocenilson; presidente da Câmara, Ilker Moraes (SAPL, comissões). **O biênio das comissões termina em 21/12/2026, e a Mesa 2027–2028 será eleita na última sessão do ano**, então o mapa precisa ser atualizado em janeiro.

As portas formais

Canal	Base	Rito e prazo	Melhor uso
Pedido de informação (LAI)	Lei 12.527/2011	Resposta em 20 + 10 dias; sem justificar motivo	Dados do Dossiê; o silêncio também vira prova
Petição ou representação à Câmara	Regimento, art. 263	Por escrito, sem anonimato; a comissão deve apresentar relatório	Protocolar Carta e Dossiê pedindo relatório
Parecer técnico da sociedade civil	Regimento, art. 264	A comissão examina e pode apresentar proposição "com observação de sua origem"	Dossiê virar projeto da comissão
Audiência pública de comissão	Regimento, arts. 59–60	"A pedido de interessados"; maioria absoluta; pauta com 72h; pode ser fora da Câmara	Audiência oficial no bairro, com ata

Canal	Base	Rito e prazo	Melhor uso
Tribuna Livre	Regimento, arts. 139–140	Fala do cidadão na sessão ordinária; regulamento não localizado (<i>em verificação</i>)	Anunciar a Audiência Popular
Sessão Itinerante	Res. 537/2026	Marcada com 15 dias de antecedência; Tribuna Livre Comunitária de até 60 min; demandas vão para a ata	Levar a Câmara ao bairro mapeado
Iniciativa popular	Lei Orgânica, art. 123	5% do eleitorado da cidade ou da localidade	PL de bairro (arborização, drenagem); mobilização
Fórum de Igualdade Racial (MPF)	MPF, dez/2025	Reuniões periódicas com encaminhamentos	Apresentar o Dossiê na 1ª reunião de 2027
Representação ao MPPA, MPF ou Defensoria	CF, arts. 129 e 134	Sem advogado; fatos, provas e pedido concreto	Omissão persistente, risco, despejo
Consulta pública da LDO	Prática de 2026 (consulta online de 2 a 15/4)	Convocação no Diário Oficial dos Municípios na véspera	Inscriver demandas na LDO 2028

Audiência Pública Popular: o modelo híbrido

A audiência auto-organizada dá controle total da pauta, do local, das falas e da segurança, mas a presença de autoridades é voluntária e a ata é só do coletivo. A audiência de comissão gera ata oficial e convites assinados pela presidência da comissão, e permite convocar secretários (art. 50 do Regimento). A pesquisa recomenda **combinar as duas**. O primeiro passo é fazer a Audiência Pública Popular no bairro, com ata própria, lista de presença, gravação e leitura da Carta. O segundo é convidar por ofício protocolado, com três a quatro semanas de antecedência, as presidências das comissões de Direitos Humanos, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e as secretarias. O terceiro, na mesma semana, é pedir a um vereador ou vereadora aliada que a comissão aprove audiência oficial "a pedido de interessados", ou que se marque uma Sessão Itinerante no bairro. No final, ler em voz alta uma **"ata de compromissos"** (nome, cargo, compromisso, prazo, assinatura ou registro em vídeo) e protocolá-la na Câmara e no gabinete do prefeito, pedindo resposta formal ([Regimento Interno](#); [Res. 537/2026](#)). Se houver cheia, a logística e a segurança em bairros ribeirinhos mudam (capítulo 11).

Carta Popular, Carta Compromisso e Dossiê

Uma **Carta Popular** de 2 a 3 páginas pode ter seis partes: quem fala (território, juventude negra, mulheres negras, método); um diagnóstico com 3 a 5 dados por bairro e recorte racial; de 5 a 8 reivindicações numeradas, cada uma com órgão responsável, prazo e rubrica orçamentária ou instrumento; pedido de resposta formal em 30 dias; agenda de monitoramento; e assinaturas de coletivos e moradores. A **Carta Compromisso** repete as reivindicações com campos "concordo / concordo parcialmente / não concordo", prazo e assinatura, para autoridades assinarem na audiência. A Agenda Marielle Franco, que reuniu mais de 760 assinaturas de candidaturas em 2020, mostra o poder de um placar público ([Agência Pública, 2020](#)). A nota técnica do Observatório do Clima sobre racismo ambiental (jun/2026) oferece recomendações que podem inspirar a Carta: dados desagregados por raça, prioridade para saneamento, drenagem e infraestrutura verde nas periferias, e permanência dos moradores ou reassentamento participativo ([OC, Nota Técnica](#)).

O **Dossiê Popular** pode juntar três modelos: o "fascículo" da PNCSA (mapa, narrativas e autodefinição do grupo), a Carta dos Direitos Climáticos da Maré (diagnóstico, conceito, direitos, sonhos e demandas) ([Car-](#)

ta da Maré) e o cruzamento de dados oficiais do Pólis e da Mandi. Uma estrutura possível: apresentação; metodologia; mapas por tema (cheia, lixo, água e esgoto, calor e árvores); depoimentos com consentimento; dados oficiais e respostas da LAI; marco legal; recomendações ligadas à Carta.

Alvo	Pedido possível	Base	Quando
Comissão de Direitos Humanos e plenário	Votar o PL 42/2026 com conselho de igualdade racial paritário, deliberativo e com fundo	PL 42/2026; recomendação do MPF de 27/5/2025	Nov/2026–mar/2027
Comissão de Finanças e vereadores aliados	Dotação para SEMIRDH e conselho; emendas impositivas para os bairros mapeados	LDO 2027 (2,55% da RCL); PPA com recorte racial	Nov–dez/2026
SEPLAN	Demandas na LDO 2028; audiência presencial nos núcleos	Lei Orgânica revisada	Abr/2027
Concessionária, SSAM e SEMMA	Cronograma de água e esgoto nas favelas, começando pelo São Félix; Tarifa Social; transparência do aterro	Lei 11.445 (meta de 2033); Painei Saneamento	Todo o projeto
Defesa Civil	Plano de contingência público; cadastro 40199 por bairro; abrigos adequados a mulheres e crianças	Lei 12.608	Fev–mar/2027
SEPLAN e CGPD	Revisão participativa do Plano Diretor; aplicar a cota de 82 m e as ZEIS no MCMV	Lei 17.846/2018	Audiência
SEASPAC e Câmara	Instalar o Conselho de Juventude; aderir ao Juventude Negra Viva	Lei 17.807/2017; Fórum MPF	Todo o projeto
Ministério das Mulheres e Prefeitura	Cronograma da Casa da Mulher Brasileira	Monitoramento de jan/2026	8 de março

Para monitorar, a pesquisa sugere uma planilha pública com as colunas compromisso, quem, prazo, status e evidência; um pedido LAI de retorno entre 60 e 90 dias depois; e a apresentação do status no Fórum MPF e na Tribuna Livre. Em Marabá, o melhor exemplo de incidência com resultado é justamente o Fórum MPF–coletivos negros, que conseguiu incluir o recorte racial no PPA 2026–2029 (MPF, dez/2025).

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Fazer uma oficina de mapa de poder com cartões (um por ator) num quadro de duas dimensões: posição (contra, neutro, a favor) e influência.
- Protocolar os pedidos LAI em novembro de 2026 e anotar número e data de cada protocolo, porque eles entram na prestação de contas à CESE.
- Marcar a Audiência Pública Popular entre 8 e 22 de março de 2027 ou no início de abril, junto à consulta da LDO 2028, com pedido de Sessão Itinerante 15 dias antes.
- Publicar denúncias sempre em nome coletivo, nunca de uma participante (capítulo 11).
- Usar linguagem apartidária e de direitos, e reconhecer avanços (PL 42/2026, regularização no São Félix).
- Mandar cópia de todo protocolo ao MPF.

CAPÍTULO 10

Cinquenta mudas nativas: guia do plantio comunitário

Escolher as espécies pela lista oficial de Marabá

Já existe uma lista local que o projeto pode usar para defender suas escolhas diante da SEMMA: a "**Lista de Espécies Nativas para Arborização em Marabá, Sudeste do Pará**", feita pela SEMMA (Educação Ambiental), pelo Herbário da Fundação Casa da Cultura e pelo INPA e publicada no site da Prefeitura em junho de 2025. A tabela traz 71 espécies, com altura adulta e indicação de uso: rotatória, canteiro ou calçada ([Prefeitura de Marabá, Lista de espécies](#)). Dois materiais complementam a lista: o manual técnico de arborização de Santarém ([SEMMA Santarém, 2022](#)) e o guia do Museu Goeldi, que avalia 151 espécies amazônicas ([Portal Amazônia](#)). O **pau-pretinho** (*Cenostigma tocantinum*) é endêmico da região Tocantins-Araguaia, tem copa média e consta das listas de Marabá e de Santarém, o que o torna um bom "símbolo" do projeto.

Local	Espécies sugeridas (lista de Marabá e manual de Santarém)	Cuidado
Calçada estreita ou sob fiação	Urucum, murici, pitanga, arachá-pera, fruta-do-conde, calabura, mororó, espeta-branco	Pequeno porte (até cerca de 6–8 m); faixa livre de 1,20 m
Calçada larga, lado sem fiação	Pau-pretinho, oiti, chuva-de-ouro, ipê-amarelo	Ipê e chuva-de-ouro só em passeio largo
Praça ou espaço aberto	Ipê-amarelo, jatobá, oiti, cumaru, andiroba	Grande porte longe de casas e fiação
Quintal (Bem Viver e alimentação)	Cupuaçu, açaí, caju, jenipapo, ingá, pitanga, acerola	Só com consentimento do morador
Beira de igarapé ou área que alaga	Andiroba, ingás, jenipapo, acapurana, arachá-da-várzea, açaí	Área de APP: conversar com a SEMMA; tolerância à água é inferência da ecologia das espécies

Algumas espécies devem ser evitadas. Árvores de grande porte, como sumaúma, castanheira, cumaru, angelim e guapuruvu, não devem ficar perto de casas, muros e fiação. Frutos grandes e pesados (castanha, cupuaçu, jaca, manga) não devem ficar sobre calçadas, e palmeiras não vão em calçada. O **nim** é considerado indesejável na Amazônia porque pode reduzir a fauna de insetos, em especial as abelhas, e nenhuma espécie deve passar de 15% do total plantado ([Manual Santarém](#)). A lista de Marabá inclui a cássia-amarela (*Cassia fistula*), que é de origem asiática. Num projeto de nativas, é melhor não usá-la (*inconsistência a confirmar com a SEMMA*). A castanheira é legalmente protegida.

Plantar entre dezembro e fevereiro, com plano de rega

A climatologia de Marabá mostra chuva de cerca de 244 mm em dezembro, 310 mm em janeiro, 299 mm em fevereiro e 329 mm em março, e seca de junho a setembro, com menos de 30 mm por mês ([Climatempo, ID 1201](#)) [confirmar com as normais do INMET; outra página da Climatempo, ID 6922, parece ser de outra cidade e não deve ser usada]. O manual de Santarém recomenda plantar de dezembro a abril. Com o El Niño, a chuva deve chegar mais fraca ([INPE, Painel nº 4](#)). A janela recomendada é esta: **preparar covas, mobilizar padrinhos e reservar mudas em novembro, e plantar entre a segunda quinzena de dezembro e fevereiro**, para que cada muda tenha 3 a 4 meses de chuva antes da seca de junho. Também é preciso prever **rega de apoio** (galão ou garrafa PET por muda, ponto de água comunitário, cobertura morta).

Conseguir mudas e autorização

Há três caminhos públicos. A **SEMMA**, autora da lista oficial, é o primeiro. O **viveiro da SEAGRI** produz mudas de cerca de 75 espécies frutíferas e florestais, mas é voltado à agricultura familiar ([Prefeitura, Informativo 299](#)). Viveiros didáticos da Unifesspa e do IFPA são outra possibilidade (*em verificação*). Um requerimento de 2025 da Câmara pede ao prefeito que simplifique a doação de mudas para calçadas, praças, escolas e quintais, o que indica que hoje o procedimento é burocrático ([Req. 60/2025](#)). Marabá ainda não tem Plano de Arborização aprovado. O anteprojeto de 2015 previa **autorização obrigatória da SEMMA para plantio em calçada, faixa livre de pedestre de pelo menos 1,20 m** e multas por supressão sem autorização ([anteprojeto 2015](#)). O caminho seguro é mandar ofício à SEMMA (com cópia à SEVOP) com o mapa dos pontos, que pode sair da própria cartografia, a lista de espécies e um termo de compromisso de manutenção. Plantios em quintais e em espaços comunitários (escola, igreja, associação) só dependem do consentimento do responsável e evitam conflito com a fiação. A Equatorial orienta usar médio porte na calçada oposta à fiação e grande porte só em praças ([DOL, 2021](#)). O manual de Santarém sugere como referência as distâncias de 4 m do poste, 1 m da entrada de garagem, 2 m do bueiro e 2 m da esquina.

Técnica, padrinhos e monitoramento

O padrão técnico paraense pede **cova de 60 x 60 x 60 cm**. No fundo vai fosfato natural; no enchimento, 10 L de esterco curtido, NPK e calcário. Completam o plantio um tutor de 3 m amarrado em "oito deitado", um protetor de 60 cm x 1,30 m em locais de circulação, adubação de cobertura a cada 6 meses por 2 anos e replantio em até 30 dias se a muda morrer ([Manual Santarém](#)). Para calçada, o manual pede muda de 1,5 a 1,8 m em embalagem de 15 a 20 L, bem mais cara e rara que a muda de saquinho. Por isso, é melhor pedir explicitamente "muda de porte" ou criar as mudas por alguns meses antes. Uma meta-análise internacional encontrou **sobrevivência anual de 94,9% a 96,5% para árvores de rua já estabelecidas** ([Roman e Scatena, 2011](#)). Como as perdas são maiores nos primeiros meses, uma **meta realista para o projeto é 85% ou mais de sobrevivência** [inferência]. Cada muda deve ter um padrinho ou madrinha, uma placa com nome popular e científico e uma ficha (número, espécie, ponto, data, altura, estado, foto). As vistorias podem ser feitas aos 30, 60, 90 e 150 dias, com uma vistoria recomendada em setembro de 2027, no fim da primeira seca, já depois do projeto.

O enquadramento político é este: **50 árvores não reverterem sozinhas uma perda de 44% do verde urbano**. O ganho está em demonstrar e mobilizar: sombra em pontos de convivência, dado de sobrevivência gerado pela comunidade e pressão por um Plano Municipal de Arborização que ainda não existe (PL 267/2025). Se o bairro escolhido ficar no São Félix ou na Zona de Expansão da Nova Marabá, o estudo da UEPA sobre ilhas de calor pode ser citado diretamente ([RSD, 2021](#)). O local precisa ficar acima da área que alaga com frequência.

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Escolher os pontos de plantio na própria oficina de cartografia, cruzando ilha de calor, ausência de sombra e área fora da cheia.
- Mandar ofício à SEMMA em novembro com mapa, lista de espécies (da lista oficial) e termo de manutenção; mandar outro à SEAGRI pedindo frutíferas para quintais.
- Fazer o mutirão de covas em dezembro e plantar entre dezembro e fevereiro; organizar a escala de rega por padrinho.
- Distribuir as 50 mudas entre quintais, espaços comunitários e alguns pontos de calçada, para reduzir dependência de autorização.
- Lançar cada muda no mesmo mapa da cartografia (Kobo, uMap ou My Maps) e reportar a sobrevivência no relatório à CESE.
- Usar o plantio como ato público de encerramento, em abril, com a "foto de retorno" dos compromissos.

CAPÍTULO 11

Cuidar de quem mapeia: ética, segurança, LGPD e prestação de contas à CESE

Dados sensíveis pedem consentimento específico

Pela LGPD (Lei 13.709/2018), **raça/cor e saúde são dados pessoais sensíveis** (art. 5º, II). O consentimento para tratá-los precisa ser "específico e destacado, para finalidades específicas" (art. 11, I), pode ser revogado a qualquer momento (art. 8º) e o titular tem direito de acesso, correção e eliminação (art. 18) ([Lei 13.709/2018](#)) (*redação dos artigos a confirmar no Planalto*). Dado anonimizado de forma irreversível deixa de ser dado pessoal (art. 12). A ANPD, no **Enunciado CD/ANPD nº 1/2023**, entendeu que dados de crianças e adolescentes podem usar as bases legais gerais, desde que se priorize o melhor interesse deles ([Mobile Time, 2023](#)). O ECA protege a imagem e a identidade de adolescentes (art. 17), e o **ECA Digital (Lei 15.211/2025)** reforça esse cuidado no ambiente online. Um manual de 2026 recomenda consentimento separado por finalidade e proibição de imagens que revelem condição de vítima ou endereço, e afirma que a recusa do adolescente de 16 a 18 anos deve prevalecer ([CMDCA Mogi Guaçu, 2026](#)).

Na prática, o projeto precisa de **três documentos separados**. O primeiro é o **termo de consentimento para dados**, com: identificação do Instituto e de um contato responsável; finalidades listadas (cartografia, Dossiê, podcast, incidência); dados coletados, com destaque para raça/cor, saúde e localização; forma de publicação, com opções do tipo "pelo nome / só primeiro nome / anônima"; aviso de que a CESE recebe só relatórios, sem bases nominiais; prazo de guarda (por exemplo, até maio de 2028); e direitos e forma de revogação. O segundo é o **termo de uso de imagem e voz**, com suportes, prazo, gratuidade, proibição de uso comercial e direito de retirada, com base no Código Civil, art. 20. O terceiro, para menores, é a **autorização do responsável somada ao assentimento do adolescente** em linguagem simples. A Nós do Brejo não deve se apoiar na exceção de "órgão de pesquisa" da LGPD sem parecer jurídico. Os modelos devem ser revisados por advogada ou advogado.

Nos mapas, **não se publica endereço nem coordenada exata de casas** de quem denuncia ou relata doença. A localização deve ser generalizada por quadra ou mancha, casos únicos nunca devem ser exibidos, e os metadados de GPS (EXIF) das fotos devem ser removidos antes de publicar. A versão interna da base fica restrita a 2 ou 3 pessoas, em pasta protegida, com registro de quem acessou.

Segurança: o Pará lidera a violência contra defensores

Em 2023 e 2024 houve **486 casos de violência contra defensores de direitos humanos no Brasil**, 80,9% contra defensores de terra, território e meio ambiente, com 55 assassinatos. **O Pará foi o 1º estado em casos (103, ou 21,2% do total)** ([Justiça Global e Terra de Direitos, "Na Linha de Frente", 2025](#)). A boa notícia é institucional. O **Decreto 12.710/2025** criou o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores, que

inclui "comunicadores" e prioriza a proteção coletiva e territorial, com atenção a **defensores em periferias urbanas** ([Decreto 12.710/2025](#)). O programa de proteção no Pará é executado pela **Unipop e tem polo em Marabá**. Qualquer pessoa ou órgão pode pedir inclusão, e a triagem leva cerca de 30 dias. A lei estadual (10.286/2023) ainda prevê só proteção individual, e sua atualização está em debate ([MPF, jun/2026](#)). O projeto pode procurar o polo para uma **orientação preventiva coletiva**, sem esperar ameaça.

Nas caminhadas, as regras básicas são: andar em duplas ou trios, de dia; avisar antes as lideranças locais; combinar check-in e check-out por mensagem; definir uma rota de saída; suspender a caminhada se houver sinal de facção ou conflito; não divulgar a agenda nas redes com antecedência; não atravessar área alagada (risco de afogamento, choque elétrico e leptospirose); levar água, protetor solar, calçado fechado e kit de primeiros socorros. Na comunicação, as denúncias saem sempre em nome coletivo, com voz alterada e sem rosto quando houver risco. Em temas de violência, nada de nomes, apelidos, uniformes escolares ou geolocalização. Na segurança digital: verificação em duas etapas em todas as contas, grupo de coordenação com mensagens temporárias, nenhum dado sensível em grupos abertos e nenhum áudio bruto de testemunha guardado em celular pessoal.

Cuidado coletivo como condição de participação

Nos feminismos negros, o autocuidado é político e coletivo. Audre Lorde o chamou de "ato de guerra política", e as condições materiais (precariedade, serviços fracos) tornam esse cuidado mais difícil para mulheres negras periféricas ([CFEMEA/Outras Palavras](#)). Isso justifica no orçamento a **ciranda** (cuidado das crianças), o **transporte** e o **lanche** como condições de participação, e não como gastos acessórios. A CESE lista alimentação e transporte local entre as despesas típicas ([CESE, Orientações](#)), e só 20% das crianças de 0 a 3 anos da cidade estão em creche. Algumas práticas ajudam: roda de chegada e de saída em cada encontro; duplas de cuidado; pausas nas oficinas sobre violência; ninguém obrigado a relatar vivências; uma pessoa de referência para acolhimento em cada atividade; e um fluxo escrito de encaminhamento para a rede (CAPS, UBS, CRAS/CREAS, Faculdade de Psicologia da Unifesspa, CVV 188) (*endereços e fluxos a confirmar com a SMS e a Unifesspa*). Para acessibilidade: locais térreos, fonte grande, transcrição de cada podcast, legendas nos vídeos e Libras na Audiência Pública Popular.

Podcasts: música, voz e web rádio

Use **música própria de artistas locais, com termo de cessão por escrito**, ou faixas com licença **Creative Commons CC BY ou CC BY-SA**. A licença CC BY-NC só serve se o uso for claramente não comercial, e todas as licenças CC exigem crédito ([Creative Commons](#)). Guarde um print da página da licença na data do download. A parceria com a web rádio pode ser formalizada num termo simples: cessão gratuita, créditos ao Instituto e à CESE, proibição de edições que mudem o sentido e direito de retirar o conteúdo se houver risco a participantes. Os termos de voz precisam autorizar expressamente a veiculação em rádio.

O que a CESE exige e o que é boa prática

O edital fixa a Linha 1 em até R\$ 25 mil, execução de até 6 meses a partir de novembro de 2026, e **relatórios de atividade e financeiro "no máximo um mês após execução do projeto"**, com formulários entregues no contrato. Pendências de relatório impedem novo apoio ([CESE, Edital 2026](#)). Com término em 30/4/2027, o prazo cai **por volta de 31/5/2027** (*a confirmar no contrato*). O guia da CESE acrescenta que a instituição não financia salários, aluguel ou manutenção de sede; que serviços contratados devem incluir encargos (INSS, IRPF, ISS); e que compra de equipamento ou locação de veículo exige 3 orçamentos ([CESE, Orientações](#)). O edital não trata de notas fiscais, logomarca, visitas ou devolução de saldo. Esses pontos devem ser perguntados à CESE antes da primeira despesa. Como boa prática do setor: notas fis-

cais em nome e CNPJ do Instituto; **RPA com retenções** para pessoas físicas (oficineiras, cuidadoras da ciranda, intérprete) (*alíquotas a confirmar com contador*); recibos ou lista assinada para ajuda de custo; pagamentos por transferência ou PIX; planilha por rubrica conciliada com o extrato; pedido prévio por e-mail para remanejar rubricas; e crédito "Apoio: CESE" em podcasts, mapas e Dossiê, com prints guardados.

Dimensão	Indicador simples	Meio de verificação
Participação	Nº de participantes por encontro (meta 35; frequência $\geq 75\%$), por idade, gênero e raça; uso da ciranda	Lista de presença
Produtos	Mapas, caminhadas, 6 podcasts com transcrição, 2 campanhas, Dossiê, Carta	Arquivos e links
Incidência	Pedidos LAI, protocolos, reuniões, audiência, compromissos assinados, respostas obtidas	Números de protocolo, atas
Plantio	Mudas plantadas e % de sobrevivência aos 30, 60, 90 e 150 dias	Fichas e fotos
Cuidado e segurança	Incidentes (meta: nenhum grave); encaminhamentos; bem-estar no início e no fim (escala 1–5)	Diário de campo, roda de avaliação

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Aprovar os três termos (dados, imagem e voz, responsáveis) com revisão jurídica antes do primeiro encontro, e lê-los em voz alta.
- Fazer um "acordo de convivência e segurança" com o grupo no primeiro dia.
- Procurar o polo do programa de proteção em Marabá para uma orientação preventiva coletiva.
- Pedir à CESE o contrato, os formulários e as regras de logomarca e comprovação antes de gastar.
- Fechar a planilha financeira todo mês e guardar originais e cópias digitais por pelo menos 5 anos.
- Reservar o mês de maio de 2027 para os relatórios.

CAPÍTULO 12

Depois de abril: financiamento para continuar e ampliar

Os produtos do projeto CESE (mapas, podcasts, Dossiê) são a melhor prova para pedir valores maiores em 2027. Os fundos filantrópicos brasileiros exigem pouca documentação, mas valorizam **liderança negra e feminina comprovada e um componente explícito de defesa de direitos**. Os grandes financiadores internacionais (Ford, Open Society, Oak, Mott) quase sempre chegam à base por meio desses fundos ([Fundo Brasil](#), [Edital Raízes](#); [Mott](#)).

Fonte	Linha	Valor e condição	Situação	Quando agir
Fundo Baobá	Programa Marielle Franco – Apoio Coletivo, 2ª ed.	85% de mulheres negras na liderança e no quadro; 2 anos de atuação; valor por coletivo a confirmar	Aberto (prazo a confirmar)	Já, se o INDB ou um coletivo de mulheres cumprir os critérios
Fundo Brasil	Editais temáticos ("Enfrentando o Racismo", clima)	Até R\$ 60 mil por 12 meses	Editais de 2026 encerrados	Ciclos de 2027
Fundo Casa	Chamadas Amazônia e cidades	Variável	Todas encerradas em out/2026	Cadastrar e monitorar 2027
Fundo Dema/FASE	Referência: Edital Nilma Bentes (2025)	Até R\$ 10 mil; coletivos de mulheres negras do PA	Encerrado	Se reabrir, para ações pontuais
MIR	Prêmios e editais (ex.: Rotas Negras, R\$ 20 mil; Agentes Territoriais, bolsas de R\$ 2.500/mês)	CNPJ ativo; regularidade federal	Ciclo costuma abrir entre nov e jan	Nov/2026–jan/2027
PNAB Pará	Audiovisual; Culturas Urbanas e Periféricas	Inscrição pelo Mapa Cultural do Pará	Edital 2026 abriu em fevereiro	Fev–mar/2027
FRIDA	Apoio a coletivos de jovens feministas	US\$ 6 mil de apoio inicial	Chamada a cada 2 anos	Se a juventude formar coletivo próprio
CESE	Renovação ou ampliação (fluxo contínuo)	Exige relatórios do apoio anterior	Fluxo	Depois dos relatórios, a partir de mai–jun/2027

Um alerta: num projeto sobre racismo ambiental em Marabá, onde os principais impactos vêm da mineração, da siderurgia e de grandes obras, **receber recursos de mineradoras e de suas fundações gera conflito de interesse direto**. A organização poderia ficar constrangida a não mapear nem denunciar os pró-

prios financiadores e perder a confiança das comunidades e de fundos de justiça socioambiental. Recomenda-se não buscar esses recursos para esta linha temática. Também convém manter uma pasta pronta com estatuto, ata de eleição, cartão CNPJ, certidões negativas, balanço do ano anterior, relatório com fotos e o portfólio do projeto.

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Registrar desde já, com consentimento, fotos, áudios e números que servirão de portfólio.
- Conferir hoje os critérios e o prazo do Baobá Marielle Franco 2.
- Acompanhar o portal do MIR de novembro de 2026 a janeiro de 2027 e o Mapa Cultural do Pará a partir de fevereiro.
- Discutir com as participantes a formação de um coletivo próprio de juventude ou de mulheres, que pode concorrer a editais específicos.

CAPÍTULO 13

Novembro negro, El Niño, cheia e aniversário: calendário consolidado de nov/2026 a mai/2027

Quando	Marco	Situação da informação	O que fazer no projeto
Até 31/10/2026	Prazo para a LOA 2027 chegar à Câmara	Lei Orgânica revisada ; protocolo não confirmado em 17/10	Acompanhar no SAPL; preparar pedido de emendas
Nov-dez/2026	Pico de calor, fumaça e possível atraso das chuvas (El Niño muito forte)	INPE, Painei nº 4	Medição de calor; cuidados nas atividades ao ar livre
01/11/2026	Início da execução	Edital CESE	Termos, acordos, pedidos LAI
Até 20/11/2026	Festival da Consciência Negra (CNM); 20/11 é feriado nacional e dia de São Félix de Valois, padroeiro	O Liberal ; Lei 14.759/2023	Lançamento público e campanha 1 dentro do Festival
25/11/2026	Um ano da Marcha das Mulheres Negras	Rádio Senado	Episódio ou ação sobre mulheres negras e Bem Viver
Nov-dez/2026	Votação da LOA 2027; eleição da Mesa 2027–2028; fim do biênio das comissões (21/12)	Datas exatas (<i>em verificação</i>)	Pedir emendas impositivas; mapear novas presidências
Meados de dez/2026–fev/2027	Janela de plantio	Climatempo ; manual de Santarém	Covas, plantio, escala de rega
06/01/2027	Posse do novo governador (Dr. Daniel Santos)	EC 111/2021 ; TSE	Mapear novas secretarias estaduais
Jan-fev/2027	1ª reunião do Fórum MPF em 2027 (<i>data a confirmar</i>)	Padrão de 2025	Pedir pauta para o Dossiê
6–10/02/2027	Carnaval	InfoMoney	Evitar lançamentos
Fev-abr/2027	Janela de cheia, com pico típico em março; em 2027 tende a ser menor	O Liberal , 2026	Roteiro A (cheia) ou B (seca); segurança
Fev-mar/2027	Editais PNAB Pará (se o ciclo se repetir)	Diário do Pará	Inscriver podcast ou audiovisual
08/03/2027	Dia Internacional das Mulheres	—	Prévia do Dossiê com recorte de gênero e raça; Casa da Mulher Brasileira
21 e 22/03/2027	Dia contra a Discriminação Racial; Dia Mundial da Água	(<i>a confirmar datas</i>)	Audiência Pública Popular ou protocolo da Carta

Quando	Marco	Situação da informação	O que fazer no projeto
Início de abr/2027	Consulta online da LDO 2028 (em 2026: 2 a 15/4)	SAPL, LDO 2027	Enviar as demandas pelo canal oficial
05/04/2027	114 anos de Marabá, celebrados no Pontal	IBGE	Entrega simbólica da Carta e do Dossiê; memória negra do Pontal
30/04/2027	Fim da execução	Edital CESE	Plantio de encerramento; vistoria das mudas
Até ≈31/05/2027	Relatórios de atividade e financeiro à CESE	Edital CESE (a confirmar no contrato)	Reunir listas, protocolos, notas, links e fotos
2027 (data incerta)	Detonações previstas no Pedral do Lourenção	Agência Infra	Acompanhar; posição institucional definida

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Imprimir este calendário em tamanho grande e revisá-lo no início de cada mês.
- Confirmar no SAPL a data de votação da LOA e no Diário Oficial dos Municípios a data da consulta da LDO 2028.
- Ter sempre um plano B para março (cheia) e para novembro (calor extremo).

CAPÍTULO 14

Quem procurar e o que ainda falta confirmar

Contatos institucionais

Os contatos abaixo são institucionais. Endereços e telefones de 2023 ou de fontes divergentes estão marcados para conferência. Nomes de servidores e de vereadores mudam: confirme no Diário Oficial dos Municípios e no SAPL antes de mandar ofício.

Instituição	Papel para o projeto	Canal institucional
CESE	Financiadora; contrato e relatórios	editais@cese.org.br; projetos@cese.org.br; (71) 2104-5457; R. da Graça, 150, Salvador/BA (Edital)
MPF – Procuradoria da República em Marabá	Fórum de Igualdade Racial; Pedral; representações	Rod. Transamazônica, 1076, Amapá; (94) 3312-1500; Sala do Cidadão (94) 3312-1509; prpa-prmmab@mpf.mp.br (MPF)
Câmara Municipal – Departamento Legislativo	Protocolo, Tribuna Livre, audiências, Sessão Itinerante	legislativo@maraba.pa.leg.br; Rod. Transamazônica, Agrópolis do INCRA, Amapá; SAPL
Prefeitura de Marabá	Ofícios às secretarias (SEPLAN, SEMMA, SSAM, SEVOP, SEASPAC, SMS)	Paço Municipal, Folha 31; maraba.pa.gov.br ; e-SIC e Ouvidoria (<i>em verificação</i>)
Defesa Civil de Marabá	Alertas, plano de contingência, abrigos	(94) 3321-8990; WhatsApp (94) 99171-7173 ou 99173-7173 (<i>em verificação</i>)
Alertas nacionais	Aviso de cheia e risco por SMS	Enviar o CEP para 40199
Comitê do Bolsa Família / CadÚnico	Mutirão de direitos	Av. Antônio Maia, 1018, Marabá Pioneira; (94) 3322-6199 (<i>dado de 2023, a confirmar</i>)
DEAM Marabá (24h)	Rota de proteção	Endereço diverge (Amapá ou Folha 10) (<i>em verificação</i>); Ligue 180
Defensoria Pública do Pará – Núcleo Regional do Carajás	Despejos, moradia, violência	Contatos (<i>a confirmar no site da DPE-PA</i>)
MPPA – Promotorias de Marabá	Saneamento, aterro, Plano Diretor, Defesa Civil	Contatos (<i>a confirmar no site do MPPA</i>)
Programa de Proteção a Defensores (Unipop, polo Marabá)	Orientação preventiva coletiva	Contato do polo (<i>a confirmar com a Unipop ou a SEIRDH</i>)
ARCON-PA e Águas do Pará	Regulação e operação de água e esgoto; Tarifa Social	Canais (<i>em verificação</i>)

Instituição	Papel para o projeto	Canal institucional
Unifesspa	Laboratório de água, QGIS, N'Umbuntu, Psicologia, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas	unifesspa.edu.br
Fundação Casa da Cultura e Museu Francisco Coelho	Acervo fotográfico e documental; herbário (lista de espécies)	Contatos (<i>em verificação</i>)
CVV	Apoio emocional	188

Entre os aliados do movimento social com atuação pública documentada estão o Coletivo Consciência Negra em Movimento, o Grupo de Mulheres do Cabelo Seco Raízes de Marabá, o Grupo de Ação Cultural São Félix, o MNU Marabá, o Terreiro de Umbanda Ogum e Iemanjá, os grupos de capoeira e boi, as batalhas de rima, a CPT e a Acrevita ([O Liberal](#); [MPF, dez/2025](#)). O contato com essas organizações deve ser feito pelos canais institucionais delas.

Perguntas abertas a verificar no território

Pergunta	Por que importa	Como verificar
Qual é a cota de alerta oficial do Tocantins em Marabá: 9 m, 10 m ou 10,5 m?	Materiais de segurança e Dossiê	Defesa Civil; SACE/SGB
Marabá está na concessão da Águas do Pará? Em que bloco, com que metas?	Pedido da Carta e Tarifa Social	Concessionária; ARCON-PA; LAI ao Estado
Há comunidade quilombola certificada no município?	Debate sobre quilombo; editais	Planilha de certidões da Fundação Palmares
Qual a situação do aterro em 2026 (licença, novo aterro, catadores)?	Eixo lixo do Dossiê	SSAM; SEMMA; LAI
O PL 42/2026 foi votado? Quando a LOA 2027 será votada?	Calendário de incidência	SAPL, semanalmente
O Conselho de Juventude e o COMMAM funcionam? Quando se reúnem?	Caminho da Carta	Secretarias executivas; LAI
Existe plano de contingência de cheias público? E setorização de risco do SGB?	Mapa de risco	Defesa Civil; geoportal do SGB
Os números de artigos de lei citados estão corretos?	Validade de ofícios e representações	Texto consolidado no Planalto
As citações clássicas (Freire, Lélia, Krenak, Harvey, definição da RBJA) conferem com a página?	Material impresso e Dossiê	Edições físicas ou digitais
Atualizar o site do Instituto para "Ativa Web Rádio" e "Ativa Cast" (decisão já tomada)	Coerência de marca e relatório	Lucas Marinho
Onde ficam e como funcionam o CAPS e o serviço-escola de Psicologia?	Fluxo de cuidado	SMS; FAPSI/Unifesspa
Quais viveiros podem doar mudas nativas, e como a SEMMA autoriza plantio em calçada?	Plantio	SEMMA; SEAGRI; Unifesspa; IFPA
O Pará aderiu ao Plano Juventude Negra Viva?	Pedido da Carta	MIR; Secretaria-Geral
Houve delegação de Marabá na Marcha das Mulheres Negras de 2025?	Narrativa de campanha	CNM; MNU; Grupo de Mulheres do Cabelo Seco
Qual o prazo exato dos relatórios no contrato CESE?	Prestação de contas	Contrato e formulários

PARA USAR NAS ATIVIDADES

- Distribuir as perguntas abertas entre a equipe e as participantes como "missões de investigação", com prazo até janeiro de 2027.
- Telefonar para confirmar todo contato antes de imprimi-lo.
- Registrar cada resposta (ou silêncio) com data, porque isso também é dado do Dossiê.

CONCLUSÃO

Conclusão

O que esta pesquisa acrescenta ao desenho original do projeto é uma mudança de escala do problema e de calendário. O racismo ambiental em Marabá não está só na beira do rio. Está sobretudo nos grandes loteamentos e ocupações da Cidade Nova e no São Félix, onde a cheia, o poço raso, a fossa, o calor sem árvore e a violência se acumulam sobre uma população 84,5% negra que nenhuma base pública cruza bairro a bairro. Se a cartografia popular produzir esse cruzamento com método, ética e fontes, o Dossiê deixa de ser uma peça de campanha e passa a ser a principal evidência local disponível, útil para o MPF, para a Câmara, para a revisão do Plano Diretor em 2028 e para os próximos editais.

O calendário também mudou. Num ano de El Niño muito forte, o risco mais provável do semestre é calor, fumaça e falta d'água, e não a grande cheia. Isso favorece a medição de calor logo em novembro e dá ao plantio uma urgência concreta, mas exige rega e um plano B. Ao mesmo tempo, a máquina institucional já se moveu: há um PL do próprio Executivo que cria a secretaria e o conselho de igualdade racial, um PPA com recorte racial e um Fórum ativo com o MPF. O projeto que chegar a março de 2027 com dados próprios, pedidos fechados, aliados mobilizados e um termo de compromisso pronto para assinar terá a chance rara de transformar a solidariedade da enchente em política pública.



Vozes do Bem Viver

CARTOGRAFIA POPULAR

Subsídio geral de apoio às atividades do projeto Cartografia popular e vozes do Bem Viver.
Mapear é dizer: aqui tem gente.

nosdobrejo.org · [@institutonosdobrejo](https://www.instagram.com/institutonosdobrejo)

REALIZAÇÃO



APOIO

